



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CLARA ALICIA AVELINO SILVA

**A MULHER NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL: UM ESTUDO SOBRE A
FIGURA FEMININA EM OBRAS LITERÁRIAS TRABALHADAS EM UMA ESCOLA
PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ANGICOS/RN**

ANGICOS

2022

CLARA ALICIA AVELINO SILVA

**A MULHER NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL: UM ESTUDO SOBRE A
FIGURA FEMININA EM OBRAS LITERÁRIAS TRABALHADAS EM UMA ESCOLA
PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ANGICOS/RN**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do
Semi-Árido como requisito para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Maria Pereira Aires

ANGICOS

2022

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

S586m Silva, Clara Alicia Avelino.
A MULHER NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL: UM
ESTUDO SOBRE A FIGURA FEMININA EM OBRAS
LITERÁRIAS TRABALHADAS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO
MUNICÍPIO DE ANGICOS/RN / Clara Alicia Avelino
Silva. - 2022.
57 f. : il.

Orientadora: Ana Maria Pereira Aires.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Pedagogia, 2022.

1. literatura infanto-juvenil. 2.
invisibilidade feminina. 3. empoderamento
feminino. I. Aires, Ana Maria Pereira , orient.
II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Angicos
Bibliotecário: Helder Romero Maia Duarte
CRB: 15/673

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

CLARA ALICIA AVELINO SILVA

**A MULHER NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL: UM ESTUDO SOBRE A
FIGURA FEMININA EM OBRAS LITERÁRIAS TRABALHADAS EM UMA ESCOLA
PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ANGICOS/RN**

Monografia apresentada à Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como requisito
para obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia.

Defendida em: 17 / 06 / 2022.

BANCA EXAMINADORA

Ana Maria Pereira
Aires 230.681.324-87

Assinado de forma digital por Ana
Maria Pereira Aires 230.681.324-87
Dados: 2022.06.24 10:42:37 -03'00'

Ana Maria Pereira Aires, Prof.^a Dra. (UFERSA)
Presidente

Elaine Luciana Sobral
Dantas

Assinado de forma digital por
Elaine Luciana Sobral Dantas
Dados: 2022.06.24 11:13:07 -03'00'

Elaine Luciana Sobral Dantas, Prof.^a Dra. (UFERSA)
Membro Examinador

Franselma Fernandes
de Figueirêdo

Assinado de forma digital por
Franselma Fernandes de Figueirêdo
Dados: 2022.06.24 12:35:13 -03'00'

Franselma Fernandes de Figueirêdo, Prof.^a Dra. (UFERSA)
Membro Examinador

DEDICATÓRIA

Delas

*Nas linhas da existência
Amarras me foram dadas.
Silêncio pra minha voz,
Que grita, mesmo calada
E anseia por desejar
Por poder ir e voltar
Por ser agraciada.
No jogo desse silêncio
Me atento pro dito e não dito.
O fogo que me pertence
Sobre o meu corpo, sempre restrito,
Me queima desde os meus pés,
Me consome sob o viés
De que em mim mora o maldito.
Me rendi, despreparada.
Sozinha não consegui,
Mas vago na linha do tempo
Buscando algo que vi
Num sonho quase utópico,
Esperançoso ou psicótico.
Do horizonte me aproximo. Previ!*

Dedico este poema à todas as mulheres.

AGRADECIMENTOS

A maior parte que me pertence é fruto da dedicação e exemplo de muitas pessoas que em algum momento foram para que eu possa ser hoje, tanto nas relações pessoais, quanto nas relações estabelecidas ao longo da minha trajetória acadêmica. Refletindo sobre o que conheci e ressignifiquei no trajeto deste estudo, seria desleal de minha parte não ser grata especialmente às grandes mulheres que iluminaram e iluminam meu caminho até aqui. Entretanto, para elas gostaria de guardar o desfecho deste texto de reconhecimento.

Os homens que protagonizam minha trajetória têm de mim toda a admiração pelos seres humanos que são, fundamentais para a construção da minha personalidade. Ao meu querido pai, Francisco Clésio, um dos meus primeiros amores, que sempre me protegeu, me orientou e me motivou a ter no conhecimento e na reflexão a chave para as inúmeras questões que permeiam minha vida. Aos meus irmãos, Israel Pedro e Emanuel Felipe, meus eternos companheiros de vida e sangue, é incrível poder dividir minhas experiências com vocês. Uma realidade sem tê-los, do jeito que são, seria vazia em algum lugar. A todos vocês, gratidão pelo companheirismo de sempre.

Em especial, declaro esse momento singular às mulheres que são luz para mim todos os dias. Primeiramente à minha mãe, Maria Alice, fonte da grande parte da inspiração pessoal e profissional que tenho, minha primeira professora na vida e na arte de ensinar, pela pedagoga brilhante que é e pela mulher exemplar. À Anete Leonete e Raimunda Xavier, minhas amadas avós, mulheres que representam para mim a sensibilidade e a força feminina, das quais tenho o privilégio de tê-las como referência.

Ao Grupo de Pesquisa e Extensão em Educação da Infância, Cultura, Currículo e Linguagem – EDUCLIN, pela oportunidade de adentrar na pesquisa acadêmica e compartilhar de encontros singulares para minha formação profissional. Às minhas queridas professoras, em especial a que me orientou sensivelmente no decorrer desse percurso, Professora Ana Maria Pereira Aires, a qual sou grata pelos conhecimentos construídos nos inúmeros encontros formais e informais dos quais eu tive uma referência ímpar de mulher e de profissional.

À vocês, mulheres de luz, sou grata nesse momento. Sou porque vocês foram e são todos os dias. Gratidão pela oportunidade de viver no mesmo tempo e espaço que vocês.

RESUMO

Este estudo analisa a figura feminina nas obras de literatura infanto-juvenil disponibilizadas e trabalhadas a partir da biblioteca de uma escola pública localizada no município de Angicos/RN, objetivando identificar e compreender a representação do feminino nas obras disponíveis para as crianças na escola. Os procedimentos metodológicos se deram a partir da pesquisa de caráter qualitativa por ser oportuna nas ciências humanas e oferecer oportunidade de trabalhar com sentidos revelados. Também trabalhamos com a pesquisa bibliográfica tendo em vista direcionar os referenciais teóricos para os propósitos do trabalho. A abordagem de análise se deu considerando a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (1977). A pesquisa revelou dois processos históricos em relação a representatividade do feminino, a partir da análise do material literário. Uma foi a invisibilidade e silenciamento das mulheres nas histórias infanto-juvenis e a outra foi a representatividade e empoderamento do feminino. Observamos uma predominância para o silenciamento e a invisibilidades das mulheres nas narrativas e ilustrações analisadas, nas obras literárias selecionadas. Esse fato ocorre pelas características atribuídas as mulheres a partir da passividade e da atuação exclusiva ao lar e aos filhos, mas isso ecoa como um ruído ensurdecedor para que as histórias sejam trabalhadas de forma crítica nos ambientes escolares. A segunda é significativa, mesmo não havendo a predominância da representatividade feminina pelo empoderamento. As obras mostram uma perspectiva de progresso do papel representativo da mulher na sociedade, através da ação ativa da mulher em seus espaços de vida. Portanto, compreende-se a necessidade de discutir através das práticas literárias em ambiente escolar a desigualdade entre os gêneros como caminho para a emancipação e empoderamento feminino.

Palavras-chave: literatura infanto-juvenil; invisibilidade feminina; empoderamento feminino.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	OBRAS SELECIONADAS NA BIBLIOTECA.....	19
Quadro 2	–	OBRAS SELECIONADAS PARA ANÁLISE	21

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Dra.	Doutora
IBGE	O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
Prof. ^a	Professora
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: GÊNERO, MULHER E LITERATURA	18
O Gênero e o Feminino: um fator determinante para a condição de vida da mulher	18
Uma breve história sobre a mulher no cenário social	22
Literatura infanto-juvenil: um breve relato sobre a trajetória do gênero literário	32
CAPÍTULO II: AS RELAÇÕES DE PODER E A INVISIBILIDADE DA MULHER...	34
CAPÍTULO III: ANÁLISE DAS OBRAS LITERÁRIAS: DAS INVISIBILIDADES AO EMPODERAMENTO	39
Os ruídos da invisibilidade das personagens femininas	40
Representatividade, empoderamento e ocupação dos espaços sociais das personagens femininas	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS.....	54

INTRODUÇÃO

É de domínio público a compreensão de que, ao longo da história, a mulher tenha sido objeto de opressão, exclusão e marginalização em relação às tomadas de decisão no âmbito das relações sociais, profissionais, pessoais, religiosas e educacionais, fato discutido no decorrer desta pesquisa monográfica.

Mas foi a própria mulher, através de suas lutas por direitos igualitários, de forma mais marcante nos séculos XIX e XX, que conseguiu modificar paulatinamente esse cenário, como também intervir nas estruturas sociais, fragilizando a dominação masculina em quase todos os aspectos, inclusive na literatura, seja como autora, seja como personagem. Esse mérito não é masculino, não foram os homens que concederam espaços sociais às mulheres, essa conquista deu-se com muitas lutas, debates e embates das mulheres, em espaços sociais diversos.

No ambiente escolar, questionar sobre esses direitos que as mulheres conquistaram e sobre a representação¹ deste protagonismo histórico e progressivo nas relações interpessoais e, em especial, nas obras literárias disponíveis e acessadas nesse espaço, torna-se imperativo. O protagonismo da mulher na docência se relaciona diretamente com as possibilidades construídas, majoritariamente, por elas e para elas, mesmo com toda a influência da literatura infanto-juvenil romantizada e hegemônica que dissemina a mulher como frágil e dependente de homens fortes e viris, para salvá-la e fazê-la feliz para sempre.

A mulher rebelde e inconformada com esse histórico subalternizado e inferiorizado destinado a ela, tem lutado incansavelmente e tem sido vitoriosa, no sentido de ser visibilizada através dos espaços conquistados. Esses esforços e conquistas são fontes de inspiração para que muitas jovens mulheres da atualidade desenvolvam suas potencialidades e ocupem espaços sociais antes impensáveis, a exemplo do papel de liderança no ambiente de trabalho, da autonomia financeira, do reconhecimento intelectual e da possibilidade de se posicionar e garantir lugar de fala².

Considerando a relevância da escola na efetivação desse histórico de mudança no papel e comportamento da mulher e na formação de suas identidades, como pessoa social e

¹ Representação segundo Makowiecky (2003), para quem representar significa o imaginário, pois a representação, evoca “simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o ‘verdadeiro’ e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação de ser e parecer” (MAKOWIECKY, 2003, p. 6, apud PESAVENTO, 1995).

² Para entender o lugar de fala ver: RIBEIRO, Djamila. O que é: lugar de fala?/Djamila Ribeiro. Belo Horizonte/MG: Letramento: 2017.

profissional, é importante questionar se as obras literárias disponíveis e trabalhadas nas escolas para o público infanto-juvenil, têm contribuído para a disseminar um outro papel e uma outra performance da mulher no âmbito da sociedade.

Esse estudo surgiu de inquietações pessoais a respeito do papel da mulher na sociedade contemporânea e da forma como esse papel tem sido discutido com as crianças e jovens no ambiente escolar através das obras literárias, pelo menos nas experiências que tenho tido acesso, enquanto mulher e estudante de um curso que me forma professora de crianças, a Pedagogia. Em grande parte do percurso escolar e de vida, fui construindo a percepção da desigualdade de gênero fora e dentro da escola, ocasionando uma série de inquietações que contribuíram e contribuem para a construção da minha identidade de mulher. Seja nas representações literárias das/os personagens presentes nas literaturas que tive acesso na infância, nas brincadeiras caracterizadas como “de menino” ou “de menina”, no poder de se expressar, de agir, de acessar determinados lugares, ou seja, nas diferenças estabelecidas com base na distinção sexual, das quais sempre me incomodaram e incomodam, visto que na vida adulta essas rotulações ainda estão presente de modo constante e imperativo, me causando desconforto contínuo frente aos obstáculos estabelecidos pelo simples fato de ser mulher. Tais apontamentos, desenham uma insatisfação pessoal que hoje contribui para esse objeto de investigação.

Em vista disso, consideramos importante analisar comportamentos, papéis, representatividade da figura feminina no ambiente escolar e a forma como essas questões estão postas nas obras de literatura infanto-juvenil presentes na escola, em especial na rede pública. Entendemos que as obras literárias infanto-juvenis, enquanto produção cultural e histórica, são carregadas de marcas que possuem o poder de influenciar na construção identitária e comportamental das crianças.

Então, considerando todas essas reflexões e inquietações, problematizamos nosso objeto a partir da seguinte questão: "Como a mulher está representada em obras literárias infanto-juvenis disponíveis e utilizadas em uma biblioteca escolar pública do município de Angicos/RN?" A partir dessa indagação, nos centramos em identificar e compreender a representação do feminino nas obras literárias infanto-juvenis com disponibilidade e uso em uma biblioteca escolar pública.

Os procedimentos metodológicos adotados nesse estudo aconteceram através da pesquisa de caráter qualitativa, por considerarmos oportuna nas ciências humanas e por possibilitar uma investigação significativa em relação aos sujeitos sociais, a partir de uma realidade que não pode ser quantificada. Ou seja, a pesquisa qualitativa considera “o universo

de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 21-22). Também adotamos a pesquisa bibliográfica, no sentido de compor a nossa compreensão teórica e histórica sobre a mulher, delimitando as escolhas ao nosso objeto de pesquisa.

A análise dos dados produzidos foi feita considerando os fundamentos da análise de conteúdo, na perspectiva de Laurence Bardin (2016) que define esse procedimento teórico-metodológico como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (BARDIN, 2016, p. 37).

Dentre as Análises de Comunicações apontadas por Bardin, a pesquisa desenvolveu-se a partir da perspectiva da análise temática, definida pela autora como “a contagem de um ou vários temas ou itens de significação, numa unidade de codificação previamente determinada” (BARDIN, 2016, p. 77). Desse modo, para a nossa análise selecionamos obras literárias infanto-juvenis em uma biblioteca escolar pública localizada no município de Angicos, RN, por ser minha cidade de moradia e de fácil acesso.

A seleção das obras literárias baseou-se em quatro critérios gerais. O 1º critério se deu a partir da disponibilidade e uso das obras literárias nas atividades pedagógicas vinculadas à biblioteca escolar; o 2º foi a indicação da professora bibliotecária dos livros mais utilizados no projeto de leitura desenvolvido pela biblioteca escolar; o 3º reuniu os livros mais selecionados pelas crianças através de atividades de empréstimos, com dados coletados no caderno de registros da biblioteca; e o 4º se deu considerando objetivos desta pesquisa, reunindo as obras literárias em que a figura feminina protagoniza ou está presente no enredo da história.

O 1º critério considera a disponibilidade e uso das obras literárias nas atividades de leitura vinculadas à biblioteca escolar, ambiente no qual foi desenvolvida a pesquisa, pois busca analisar os livros acessados pelas crianças. Entre as obras disponíveis na biblioteca, consideramos o conjunto das obras literárias infanto-juvenis e, partindo dessas obras e considerando os demais critérios, reunimos o conjunto de obras literárias mais utilizadas no projeto de leitura mediado pelas professoras que desenvolvem as atividades na biblioteca escolar. Esse projeto é desenvolvido através de rodas de leituras com todas as turmas, desde a educação infantil até os anos iniciais do ensino fundamental, ou seja, do primeiro ao quinto ano.

As leituras são feitas uma vez por semana em cada turma e, com os estudantes do ensino fundamental, têm também a proposta de retorno das experiências literárias através de diálogos em que as crianças falam sobre os textos lidos num momento posterior à leitura e brevemente estabelecido.

O 2º critério, que parte da indicação da bibliotecária, foram considerados os livros utilizados nas atividades de leitura desenvolvidas na biblioteca escolar através de um projeto de leitura desenvolvido no ambiente externo da sala de aula, mas que se relaciona, em grande parte, com as temáticas planejadas pelas professoras e professores em suas atividades pedagógicas em sala. O projeto de leitura é desenvolvido uma vez por semana em cada turma ou nível, reunidos diante da necessidade de tempo e/ou espaço, fato apontado pela bibliotecária nos encontros estabelecidos para a seleção das obras. Desse momento foram solicitadas as 10 principais obras literárias utilizadas nessas atividades.

O 3º critério de escolha das obras se deu a partir do livro de registros de empréstimo de obras literárias da biblioteca para as crianças. Entre os registros, foram selecionadas as obras de literatura infanto-juvenil que apareceram com mais frequência nas escolhas das crianças para a leitura. Todas as obras selecionadas a partir deste critério se limitam ao período de novembro de 2021 a maio de 2022, visto que as atividades escolares presenciais estavam suspensas durante a maior parte do ano de 2021 devido aos protocolos de combate à covid-19. Todas as obras selecionadas, considerando os três primeiros critérios gerais, estão indicadas no quadro 1.

QUADRO 1: OBRAS SELECIONADAS NA BIBLIOTECA

LIVRO	AUTORIA	ANO	RESUMO DISPONÍVEL EM CADA OBRA
Assembleia na mata: de como os bichos se assustam quando os meninos matam a onça.	Monteiro Lobato	1987	O sagui assiste às cenas de caçada da onça e vai logo contar à capivara que os meninos do sítio de Dona Benta mataram a fera e a arrastaram até o terreiro. Assustada com a notícia, a capivara reúne uma assembleia de todos os bichos.
Beleléu e os números	Patrício Dugnani	2011	Beleléu retorna para fazer bagunça na casa do Gabriel. Também, o menino deixa espalhado tudo pelo chão. Os pais decidiram ajudá-lo a arrumar a desordem e a encontrar os brinquedos, escondidos nos mais inusitados lugares, e ainda deram uma aula de sobre como contar até 10.
Comprometimento	Luciana Avelino Ramos	2017	Comprometimento é envolvimento, tanto nas tarefas individuais, como nas coletivas. Quando nos comprometemos com alguma tarefa, devemos ter em mente que deixar de realiza-la é descumprir com algo, que nos propusemos a fazer, faltando com um compromisso, que assumimos. As atividades, para serem bem feitas, precisam mais do que simples atitudes de realização,

			necessitam de compromisso, afinal, quando nos comprometemos, buscamos qualidade nas ações, que realizamos.
Gildo	Silvana Rando	2010	Gildo é muito corajoso. Ele gosta de montanha-russa, de avião, de filme de terror e de cantar em público. Mas, como quase todo mundo tem um medo, existe uma coisa que o deixa apavorado. Do que será que Gildo tem medo?
Lino	André Neves	2011	Conheça a intrigante história de amizade entre o porco Lino e a coelhinha Lua. Descubra por que Luan tem uma luz que acende na barriga! E porque será que Lino gosta tanto dela?
Quando nasce um monstro (When a monster is born.)	Sean Taylor e Nick Sharratt	2006	Se você ler este livro de Monstro existem duas possibilidades... ou você lê à noite e ri até cair da cama ou... você lê de dia e ri até cair sentado... mas de jeito nenhum vai escapar de dar gargalhadas.
O Sítio do Picapau Amarelo: de como um João-de-Barro anima as conversas no sítio.	Monteiro Lobato	-	No Sítio do Picapau Amarelo as crianças descobrem um ninho de João-de-Barro na paineira grande. Durante vários dias os meninos se divertem, acompanhando de longe o trabalho dos passarinhos.
Quero Colo!	Stela Barbieri e Fernando Vilela	2016	Quero colo de manhã, de tarde, de noite. No passeio, no trabalho da mamãe, na volta pra casa... Colinho é gostoso sempre, pra dormir, pra comer, pra confortar... É bom pra bicho, é bom pra gente, em qualquer parte do mundo.
Superamigos	Fiona Remp e Noëlle Smit	2010	Dia de festa na floresta! Aniversário do caracol. Cada amigo lhe dá um presente mais curioso que o outro. O caracol está agradecido, mas o pouquinho triste. É que ele não consegue correr e farrear como os outros e também não entendeu para que servem os presentes. Por sorte, pessoas percebem as necessidades especiais, adivinham nossos desejos mais secretos e sabem espantar a tristeza para outro planeta. São superamigos! Eufórico, o caracol descobre que cada presente é, na verdade, uma peça da melhor surpresa de sua vida: um carrinho possante que vai turbinar para sempre essa SUPERAMIZADE!
Vermelho de vergonha	Sara Agostini	2009	É difícil ficar no parque escutando as pessoas que insistem em se intrometer em tudo. O pequeno André experimenta sempre o mesmo sentimento e acaba ficando vermelho de vergonha!
A Princesa Maribel	Patacrúa e Javier Solchaga	2006	Este livro nos convida para uma gostosa brincadeira: a cada virada de página, um novo desafio proposto por imagens e palavras.
Quem é ela?	Eliane Pimenta e Ionit Zilberman	2012	Quem é ela com braços de polvo, pernas de guepardo e ouvidos de elefante?
Coach!	Rodrigo Folgueira	2013	Os sapos viviam felizes em seu lago, até que um dia encontraram um visitante. Era um porquinho. Ele só dizia: COACH! O porquinho estaria zombando dos sapos? Seria uma brincadeira?

			Talvez o real motivo fosse mais simples do que eles imaginavam. Uma história encantadora sobre diferença e aceitação.
Villa-Lobos	Nereide S. Santa Rosa e Angelo Bonito	2016	Neste livro, a infância de Villa-Lobos é descrita como uma deliciosa experiência de sensações em relação à música, pois, desde muito pequeno, esse mestre do Modernismo no Brasil sentia intensamente a música e encontrava nela a oportunidade de expressar tudo aquilo que via e vivia.
Gino Girino	Milton Célio de O. Filho e Theo de Oliveira	2011	“Quando eu vou ficar igual ao meu pai ou a minha mãe?” É uma pergunta que toda criança faz. Afinal, voltar-se para o mundo “dos grandes” e identificar nele uma série de atrativos faz parte do olhar inquisidor de quem está crescendo, ansioso por conquistar novos espaços e ganhar liberdade.

* FONTE: Biblioteca escolar.

A escolha das obras para a análise de conteúdo se deu com base no 4º critério, fundamentado no objetivo desta pesquisa que busca *identificar a representação do feminino nas obras literárias infanto-juvenis com disponibilidade e uso em uma biblioteca escolar pública*, além do nosso objeto de pesquisa que indaga sobre *como a mulher está representada em obras literárias infanto-juvenis disponíveis e utilizadas em uma biblioteca escolar pública do município de Angicos/RN*? Deste modo, selecionamos as obras em que a figura feminina protagoniza a história ou está presente de forma significativa no enredo. O quadro 2 apresenta as obras selecionadas para a análise na perspectiva de Bardin (1987).

QUADRO 2: OBRAS SELECIONADAS PARA ANÁLISE

LIVRO	AUTORAS/ES	ANO
Assembleia na mata: de como os bichos se assustam quando os meninos matam a onça...	Monteiro Lobato	1987
O Sítio do Picapau Amarelo: de como um João-de-Barro anima as conversas no Sítio.	Monteiro Lobato	1995
Vermelho de vergonha	Sara Agostini	2009
A princesa Maribel (título original: A Princesa do Caurel)	Patacrúa e Javier Solchaga	2006
Quem é ela?	Eliane Pimenta e Ionit Zilberman	2012

* FONTE: Biblioteca escolar.

Buscando responder a problemática e alcançar o objetivo, esse estudo se estrutura em três capítulos. O primeiro apresenta uma breve discussão sobre gênero, sobre a história do papel social da mulher desde a Antiguidade até a Contemporaneidade e sobre a Literatura Infantil, dialogando acerca de suas origens e principais autores no cenário nacional.

No segundo capítulo dialogamos acerca das relações de poder sobre a mulher e da invisibilidade feminina nas relações sociais, apontando alguns obstáculos enfrentados pelas

mulheres que, insatisfeitas diante da subordinação sofrida, suscitam um movimento que questiona esse sistema na busca pela emancipação e empoderamento.

O último capítulo apresenta a análise das obras literárias infanto-juvenis fundamentada no referencial teórico e a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin. As análises nos mostraram duas compreensões sobre a representatividade feminina nas obras literárias analisada: os ruídos da invisibilidade das personagens femininas e a representatividade, empoderamento e ocupação dos espaços das personagens. Nas considerações finais, buscamos aproximar os pressupostos que originaram essa pesquisa, o referencial teórico que nos possibilitou as análises sobre a mulher nas relações sociais ao longo da história, a partir das obras de literatura infanto-juvenil.

CAPÍTULO I: GÊNERO, MULHER E LITERATURA

No capítulo inicial buscamos dialogar sobre: o gênero enquanto fator determinante para as condições de vida da mulher na sociedade, apontando sua definição e o modo como este aspecto interfere na relação de dominação/submissão do homem sobre a mulher no cenário sociocultural; o papel da mulher e sua condição de vida desde a Antiguidade até à Contemporaneidade, apresentando o retrato da mulher na literatura, as imposições sociais sobre seus corpos e suas identidades e os mecanismos de resistência da mulher diante dessas condições; e por fim, contextualizamos a literatura infanto-juvenil apresentando uma breve história deste gênero textual/literário e seus precursores no cenário internacional e nacional. Consideramos importante falar sobre a literatura infanto-juvenil, pois é a partir destas obras literárias que desenvolvemos a pesquisa que é a base deste estudo.

O GÊNERO E O FEMININO: UM FATOR DETERMINANTE PARA A CONDIÇÃO DE VIDA DA MULHER

Assim como na história dos indivíduos e da sua condição de metamorfosear-se, as palavras também carregam e fazem história diante dos acontecimentos de diferentes significados, “porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história” (SCOTT, 1995, p. 71). Falar sobre gênero requer compreender as multifaces que o termo carrega, sua mudança ao longo do tempo e o significado político que o termo detém.

Tedeschi (2012) entende o gênero como uma construção que se firma em aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. O autor afirma que o uso do termo gênero auxilia na construção social das representações e significados sobre o que é, ou pode ser, homem e mulher. Entretanto, é importante compreender o caminho traçado pelo termo gênero, sua história, o caráter político que carrega e sua interferência direta nas relações sociais estabelecidas ao longo dos tempos, sobretudo, para o gênero feminino.

De acordo com Araújo (2005, p. 42), “o termo “gênero”, na sua acepção gramatical, designa indivíduos de sexos diferentes (masculino/feminino) ou coisas sexuadas”. Durante muito tempo, o gênero foi compreendido e associado ao sexo, situando-se exclusivamente no plano biológico, diferente do caráter relacional que conhecemos atualmente. Sob uma análise histórica do termo gênero e sua interferência nas relações socioculturais, Scott (1995, p. 86) afirma que a:

Definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero

é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Em outras palavras, podemos afirmar que homem e mulher interagem e estão representados socialmente de modos diferentes, pois o fator do gênero atua diretamente na percepção social destes sujeitos e nas relações estabelecidas entre eles. “No gênero, a prática social se dirige aos corpos” (CORNNELL, 1995 apud LOURO, 1997 p. 21), a afirmação do autor se refere à forma como as características sexuais se tornam parte do processo histórico onde o gênero é uma ferramenta de poder e dominação sobre os corpos femininos.

Esclarecendo sobre as partes e subconjuntos que compõem sua definição de gênero, Scott (1995, p. 86) indica que, enquanto "elemento constitutivo das relações baseadas nas diferenças entre os sexos", primeira parte de sua definição, existem quatro constituintes que se inter-relacionam na construção dessa ideia. O primeiro deles, problematiza acerca dos símbolos culturalmente disponíveis que recordam as representações simbólicas da mulher na sociedade, como as figuras de Eva e Maria como representação da mulher na tradição cristã que possui forte influência social, em especial no ocidente. A autora faz uma importante reflexão quando questiona “que representações simbólicas são invocadas, como, e em quais contextos?” (SCOTT, 1995, p. 86).

A figura da mulher construída social e historicamente se relaciona intimamente com a forma como suas características sexuais, e não o sexo propriamente, são representados e valorizados na sociedade (LOURO, 1997). Nessa relação, se constrói o que é masculino e feminino. Em uma sociedade marcada pelo patriarcado, as características do homem, em especial o homem branco, cisgênero e heterossexual, sobrepõem-se sobre as características femininas, reprimindo-as e subordinando-as. Em seu questionamento, Scott (1995) reflete sobre a construção da figura da mulher a partir de determinadas representações simbólicas, enfatizando para o modo como essas representações se estabelecem na sociedade.

O segundo constituinte aponta para os conceitos normativos que expressam a interpretação destes símbolos e significados, evidenciados nas doutrinas religiosas, educativas, políticas, etc. que tomam “forma típica de uma oposição binária fixa” (SCOTT, 1995), afirmando de maneira definida e clara o significado de homem e mulher, de masculino e feminino. Essa foi uma posição dominante e declarada como única possível, entretanto a autora faz uma reflexão quando afirma que “a história posterior é escrita como se essas posições normativas fossem o produto do consenso social e não do conflito” (SCOTT, 1995, p. 87).

A subordinação da mulher, vista de maneira natural e não como uma construção social, reflete a forma como a mulher é percebida no seu espaço social. Piscitelli (2002) discutindo sobre a “re-criação da (categoria) mulher”, faz uma importante reflexão sobre o caráter submisso imposto à mulher como algo natural. A autora questiona “se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela e como se mantém?” (PISCITELLI, 2002, p. 09). Investigar os caminhos e as bases que sustentam a percepção da mulher no cenário social é objeto de estudo para compreender e debater sobre as posições ocupadas por homens e mulheres na sociedade.

O terceiro constituinte é assinalado a partir da resistência a essa noção de imobilidade e descoberta da origem dessa interpretação invariável na representação binária de gênero, que se estabelece como o novo desafio das pesquisas nesta área. Scott (1995, p. 87), afirma a relevância da inclusão de uma “concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social” nesse tipo de análise que provoca ou provocará os novos estudos no campo das relações de gênero. Estes estudos devem expandir a pesquisa para além do sistema de parentesco, que tem a família como o cerne da organização social, e ampliar essa visão para o mercado de trabalho, a política e a educação, por exemplo.

O último constituinte da primeira parte da ideia de gênero, segundo Scott (1995), é a de uma identidade subjetiva, que diz sobre a reprodução do gênero e a construção da identidade generificada que, apesar de ser útil, ainda se faz necessário trabalhar sob uma investigação mais histórica. De acordo com a autora é preciso

[...] examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas. (SCOTT, 1995, p. 88)

Ou seja, é necessário investigar como essas identidades foram e são construídas nas relações sociais e como é possível perceber os traços dessa construção a partir das representações e da organização social ao longo da história.

Esses quatro constituintes que organizam a primeira parte da definição de gênero, segundo Scott, necessitam um do outro, pois “não operam simultaneamente, como se um fosse um simples reflexo do outro” (SCOTT, 1995, p. 88). É importante, a partir desse esboço, refletir sobre o efeito do gênero nas relações sociais, institucionais e educacionais, com foco na literatura, sendo a relação entre esses quatro elementos uma questão importante para a pesquisa histórica entender.

Na segunda proposição, ou segunda parte da definição de gênero, a autora desenvolve o diálogo a partir do “gênero como forma primária de dar significado às relações de poder”. Scott (1995) aponta o gênero como campo primário por meio do qual o poder é articulado e, apesar de não ser o único campo, ele se apresenta de forma persistente e recorrente no que se refere a possibilidade de dar significado ao poder no ocidente, em especial nas tradições judaico-cristã e islâmica. Entretanto, apesar dos conceitos de poder se basearem no gênero, não se referem sempre e de forma literal ao gênero em si.

Desse modo, é necessário para os estudos que se debruçam na compreensão do gênero, como fator singular nas relações sociais, estabelecer conexão entre essas duas proposições apontadas pela autora, onde o gênero é um elemento presente e definidor na estrutura das relações sociais, baseado na diferença entre os sexos, e a forma primária como fator que dá significado às relações de poder.

Scott (1995) historiciza o conceito de gênero e busca as formas pelas quais o gênero legitima e constrói as relações sociais. Maurice Godelier (1981), citado pela autora, afirma que:

[...] não é a sexualidade que assombra a sociedade, mas antes a sociedade que assombra a sexualidade do corpo. As diferenças entre os corpos, relacionadas ao sexo, são constantemente solicitadas a testemunhar as relações sociais e as realidades que não têm nada a ver com a sexualidade. Não somente testemunhar, mas testemunhar para, ou seja, legitimar (GODELIER, 1981 apud SCOTT, 1995, p. 89)

Assim sendo, a função de legitimação do gênero age de maneiras distintas, onde o gênero provê um meio de “decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (SCOTT, 1995, p. 89).

Analisar gênero sob a perspectiva das relações sociais, distinguindo-o do conceito de sexo e determinismo biológico foi um movimento inovador na literatura feminista, pois trouxe para esse campo “a noção de cultura, situando-se na esfera social, diferentemente do conceito de ‘sexo’, que se situa no plano biológico, e assume um caráter intrinsecamente relacional do feminino e masculino” (ARAÚJO, 2005, p. 42). É a partir da literatura feminista que se inicia a discussão de gênero como categoria de análise para se referir à organização social entre os sexos, e “só mais tarde, passaram a usá-lo para enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre o sexo e rejeitar o determinismo biológico implícito nos termos ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’” (SCOTT, 1995 apud ARAÚJO 2005, p. 42).

A literatura feminista e a construção da História das Mulheres³ modificaram a ótica sobre o conceito e o estudo do gênero. A historiografia oficial, repleta de hierarquias de valores, estereótipos, preconceitos e violência contra as mulheres é desconstruída pela abordagem do paradigma transdisciplinar que “propõem abalar as verdades absolutas do modelo cartesiano científico dominante, trazendo novas evidências científicas que causam dilemas no mundo androcêntrico⁴” (PEREIRA e CARMO, 2015, p. 23417). A transdisciplinaridade relaciona-se com a existência de diferentes dimensões da realidade para um objeto em comum, “sugere a superação da mentalidade fragmentária, incentivando conexões e criando uma visão contextualizada do conhecimento, da vida e do mundo” (SANTOS, 2006, p. 03).

É nesse contexto de revisão histórica do conceito de gênero, posicionando a mulher de forma positiva e combatente, através do paradigma transdisciplinar, que a mulher rompe a barreira da invisibilidade e do silêncio imposto e se insere na discussão e construção da história enquanto personagem e produtora de poder e saber. Vale acentuar os caminhos traçados pela mulher ao longo da história para que fosse possível acessar esses espaços e reivindicar o direito de participação na esfera pública como produtoras de conhecimento.

UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE A MULHER NO CENÁRIO SOCIAL

Desde a antiguidade a mulher ocupa a posição de subsidiária ou complementar ao homem. Magalhães (1980, p. 125) discutindo sobre *O Papel da Mulher na Sociedade* apresenta, entre as grandes sociedades antigas, três exemplos que indicam a percepção da mulher no contexto social. “Em algumas civilizações a mulher foi considerada coisa, podendo ser, por isso, passível de ser comercializada”. Eram tratadas como bens de seus maridos, sem direito ao divórcio ou até de aparecer em público sem cobrir os seus corpos, prática religiosa que vigora até os dias atuais na religião Islã, segunda maior tradição religiosa, atualmente, onde a “hegemonia de uma mentalidade e de um sistema patriarcal instrumentaliza a leitura da religião para legitimar as situações de dominação, de violência e de exclusão em relação às mulheres” (EL HAJJAMI, 2008, p. 01). Mas essa discussão sobre os dogmas religiosos, mesmo que à luz da igualdade entre os indivíduos, demanda um diálogo complexo que abre espaço para um outro estudo, que se distancia do objeto e do objetivo desta pesquisa.

³V. PEREIRA, M. C. S.; CARMO, L. T. F. A construção de uma história das mulheres: uma abordagem transdisciplinar. In: EDUCERE XII **Congresso Nacional de Educação**, 2015, CURITIBA. pg. 23416 - 23425.

⁴V. NASCIMENTO, D. Androcentrismo, a construção da dominação cultural masculina. **Revista Científica. COGNITIONIS**, v. 01, p. 120-130, 2020.

Das três civilizações apontadas por Magalhães (1980, p. 125) a autora apresenta inicialmente a forma como a mulher era percebida nas relações estabelecidas na Índia. Segundo ela havia muito rigor sobre a mulher, ao tal ponto desta mulher não ter minimamente liberdade em relação a si, conforme mostra o trecho abaixo:

O Código de Manu, na antiga Índia, foi talvez um dos mais rigorosos em relação à mulher. Diz o art. 415 desta lei que ‘mulher durante a sua infância depende do pai; durante a mocidade do marido; em morrendo o marido, dos seus filhos; se não tem filhos, dos parentes próximos de seu marido’.

É nítido o caráter histórico de posse sobre os corpos femininos que desde o nascimento se sustenta ao longo das gerações sujeitando a mulher à objeto de posse das decisões masculinas, seja qual for o grau de parentesco. É observada uma necessidade explícita, inclusive no aspecto normativo de submeter a mulher à dominação masculina.

Também na cultura greco-romana, segunda civilização pontuada pela autora, berço das experiências políticas realizadas em Atenas, as quais serviram como base para a construção do que entendemos por democracia contemporânea, a mulher tinha destino semelhante. Ela era tutelada

sob o poder marital que para os romanos era chamado ‘manus’. Da ‘manus’ do pai ela passava para a ‘manus’ do marido, morto este para a tutela dos filhos e na falta destes para a tutela dos parentes do marido. O marido podia também, antes de morrer, designar tutor para ela. (COULANGES, 1919 e ALTAVILA, 1958 apud MAGALHÃES 1980, pg. 125).

Esse era o tratamento oferecido à mulher na democracia direta adotada em Atenas, mesmo na época áurea da civilização grega, que ocorreu entre os séculos V e IV a.C, “as esposas, relegadas a uma posição inferior, deviam permanecer reclusas em casa” (MAGALHÃES, 1980, p. 125). O direito, enquanto constituição ou conjunto de leis, das civilizações grega, romana e hindu consideravam a mulher como ser inferior, menor que homem, de modo explícito.

Apenas no antigo Egito, terceira civilização apontada por Magalhães (1980), se percebe, confrontando com os regimes anteriores, que a mulher tem mais prestígio nas relações sociais.

A família egípcia era monogâmica, nem o faraó podia ter mais que uma esposa legal. As esposas egípcias gozavam de uma situação invejável, pois na realidade a família egípcia era quase matriarcal. A descendência traçava-se pela linha feminina e a autoridade do avô materno era maior do que a do próprio pai. Foram os egípcios quase os únicos dentre os orientais que permitiam às mulheres a sucessão no trono (MAGALHÃES 1980, p. 126).

O papel da mulher em uma sociedade que não carrega as marcas do patriarcado, onde a cultura e as relações sociais não favorecem apenas o homem, ou melhor, não subordinam a mulher, explicita a grande diferença nas condições de vida da mulher nesse espaço. A figura de Cleópatra (69 a.C - 30 a.C), é uma das poucas mulheres destacadas nas antigas sociedades, que tem seu nome e figura guardados na história como faraó de uma das maiores civilizações. Isso reflete a percepção da sociedade egípcia sobre a mulher nas relações sociais, pois “as mulheres egípcias usufruíram de um poder, prestígio e direitos, que nenhuma outra civilização da época possuía, onde a mulher somente iria usufruir novamente na sociedade moderna” (MICHEL et al. 2017, p. 04). Vale ressaltar que Cleópatra era descendente da família real, os privilégios gozados por ela, ou mulheres desta classe, não refletem, necessariamente, em todas as mulheres daquela sociedade.

Na idade média, o que se sabe sobre as mulheres, provém das mãos dos religiosos que tinham pouco conhecimento e contato com elas, “a maior parte desta produção literária foi escrita por homens celibatários, o que sem dúvida terminou por refletir suas convicções, desejos e fobias com relação à mulher” (NASCIMENTO, 1997, p. 86). Conhecer a mulher a partir destas escrituras é uma tarefa difícil, pois, assim como nos períodos anteriormente citados, a mulher ocupava o lugar de secundária na história escrita por homens.

É possível verificar uma construção negativa sobre a figura da mulher ao longo destes períodos históricos, entretanto no período medieval a percepção sobre a figura feminina tem características peculiares quando as maquinacões ideológicas da Igreja Católica, unidas à dureza da vida marital, associam a imagem da mulher a um ser duvidoso e maligno. “A mulher, através do pecado original, tornou-se responsável pelas dores e a morte do gênero humano. Com isso, passou, então, a simbolizar a tentação, o pecado e o mal” (GEVEHR e SOUZA, 2014, p. 115). A Igreja Católica definia parâmetros comportamentais, alguns enraizados na sociedade ocidental até os dias atuais, e utilizava a figura de Eva e o Pecado Original para afirmar que o pecado cometido pela primeira mulher refletia em todas as mulheres, estando elas ligadas às tentações e dissipação do mal.

William de Souza Martins (2012, p. 36-37), no estudo sobre as Representações femininas na obra do padre Manuel Bernardes, reúne definições sobre a mulher coletadas em sua pesquisa.

O que é a mulher?/ Naufrágio em terra. /Fonte do mal./ Tesouro de impureza de malícia. /Companhia mortífera. /Ruína dos olhos. /Morte das almas. /Flecha no coração./ Perdição dos jovens. / Cetro do inferno. / Mestra da

concupiscência. /Causa diaboli. /Repouso da serpente. /Consolo do diabo. /Dor inconsolável. /Caminho de fogo. /Malícia incurável. /Ofensa dos que se salvam. /Amor vergonhoso./Besta impudente./Ímpeto sumamente imoderado. /Violadora dos mais sublimes segredos. /Triunfo das trevas./Inspiradora de crimes. /Mestra do prazer. /Conselheira do suplício eterno. / Prudência terrena. /Cegueira do homem. /Pugna voluntária. /Calamidade quotidiana./Naufrágio do homem. /Arma do diabo. /Entretenimento diurno. /Hospedagem dos lascivos. /Serpente vestida. /Tempestade doméstica./Monstro selvagem. /Albergue de adúlteros. /Loucura desejada. /Morte adornada. /Escola de demônios.

Esses relatos traduzem a ótica sobre a figura da mulher, especialmente pelos celibatários que vinculavam a mulher ao pecado, à tentação e ao mal, regulamentando ideais e práticas reproduzidas sobre as mulheres. A subordinação da mulher caminhou para a perseguição e, em muitos casos, para a morte. No período medieval, especialmente no século XV na Europa, a Inquisição, instituição religiosa e jurídica, buscou e condenou indivíduos acusados de heresia, blasfêmia e bruxaria, e lá estavam as mulheres sendo as vítimas desse movimento político-religioso. A “maldição de Eva”, que atrelava ao feminino o sexo “mais inclinado à se deixar manipular pelo demônio” (GEVEHR e SOUZA, 2014, p. 118), acompanhou a mulher mais do que nunca e traduzia a dominação ao seu corpo, provocada pelo perigo que este simbolizava.

Na literatura demonológica, *O Martelo das Feiticeiras* (*Malleus Malleficarum*) triunfou entre os inquisidores e, diferente dos documentos anteriores, este destinava-se especialmente à perseguição da bruxaria, notadamente, as mulheres, ou seja, “a obra estabelecia um elo entre a heresia e a feitiçaria e entre a feitiçaria e a sua agente predileta: a mulher” (GEVEHR e SOUZA, 2014, pg. 119).

Em uma época em que a Igreja e o Estado dividiam o poder, a referida obra utilizou o poder temporal e religioso, usando a linguagem da Igreja. O clero forneceu a ideologia, e o poder civil determinou as armas da repressão; e, assim, o *Malleus* se tornou o principal catecismo para a condenação das mulheres denunciadas por bruxaria. As mulheres, que já eram consideradas inferiores perante a Lei, representaram uma proporção muito maior entre os acusados e condenados, durante o surto da caça às bruxas. (GEVEHR e SOUZA, 2014, pg. 119).

Apenas no século XVIII, após o ano de 1730, a Inquisição começa a perder influência e poder, especialmente na Espanha. “Não havia escassez de vítimas em perspectiva, mas a Espanha não podia permanecer inteiramente isolada da tolerância que passava a predominar em outras partes da Europa” (BAIGENT: LEIGH, 2001, p. 54).

Vale ressaltar que Eva não era a única representação da mulher no âmbito desse panorama religioso e, conseqüentemente, social, pois uma outra mulher protagoniza o símbolo

do feminino no cristianismo. Maria, mãe, esposa e virgem, tornou-se a referência a ser seguida. As mulheres eram incentivadas a buscar a vida de castidade, caso não optassem, dentre as que detinham esse poder, pelo matrimônio.

O objetivo da reclusão era resguardar as duas virtudes femininas: a castidade e a virgindade. Entretanto, em meados do século XIII avança-se progressivamente acerca da “tutela masculina sobre as monjas cistercienses. Este processo está repleto de episódios conflituosos, que refletem a resistência destas mulheres em se submeter ao controle dos abades da Ordem.” (NASCIMENTO, 1997, p. 90). Percebe-se a partir dos mosteiros cistercienses femininos de León fundados entre os séculos XII e XIII, um movimento de resistência da mulher contra a dominação do homem. Essa condição de resistência foi um movimento atípico, visto que, a grande maioria, principalmente as das classes sociais desfavorecidas, ainda tinham suas vidas condicionadas à subordinação do homem e perseguidas pela ideologia propagada pela Igreja.

A italiana Christine Pizan (1364 - 1431), considerada uma das primeiras mulheres a denunciar a misoginia existente no meio literário, e consequentemente social, defendendo vigorosamente o direito da mulher à educação. Tratando do trabalho intelectual da italiana, Lucimara Leite (2008, p. 126), assinala que:

Seu objetivo era fazer com que os homens saíssem de sua ignorância em relação às mulheres e também que os exemplos e conselhos apresentados em suas obras pudessem servir de espelho para outras mulheres. Christine luta contra o sentimento de misoginia existente na época com o objetivo de restabelecer a moral feminina.

Uma de suas principais produções é a obra “A Cidade das Damas”, de 1405, que apresenta uma mulher diferente da figura subalterna que predominou no período medieval. Na obra de Pizan, a mulher é exaltada através da mitologia e dos ícones femininos presentes em textos bíblicos e lendas, onde a autora defende o direito aos saberes científicos, religiosos e literários. É importante acentuar o contexto no qual Pizan estava inserida, a classe à qual pertencia e o incentivo da família para dedicar-se aos estudos, que foi determinante para o seu conhecimento, validação social, estudos e produções. De modo geral, no âmbito da educação as mulheres não tinham acesso ao saber, diante da lógica de que estas estavam para a emoção e os homens para a razão, justificando o que Perrot chama de “o saber é contrário à feminilidade” (PERROT, 2007, p. 91).

No período da modernidade, uma importante figura, que diz respeito à resistência da mulher, em especial na literatura, é a inglesa Mary Astell (1666 - 1731), “uma das primeiras vozes femininas a se levantar almejando uma posição mais significativa para as mulheres”

(GOMES, 2011, p. 35). De modo geral, Mary Astell expressa sua insatisfação com as condições de desvalorização da produção literária feminina. Enquanto uma das primeiras escritoras do século XVIII, criticava alguns pensadores iluministas que ainda optavam por conservar a posição e condição da mulher no cenário social. “Assim como ela, outras escritoras acreditavam que a ideia de progresso em sociedade, cara ao *zeitgeist* (termo alemão que significa espírito da época, ou espírito do tempo) do século das luzes, não combinava com a situação submissa e atrasada em que a imensa maioria das mulheres se encontrava.” (GOMES, 2011, p. 39). O projeto iluminista, de acordo com a ótica de Mary Astell, deveria conter em seu desenvolvimento uma consciência histórica para as mulheres para que a sociedade progredisse como um todo, estendendo a todos os indivíduos a cidadania.

Um fato interessante sobre Mary Astell é que sua educação se dava em função da educação de seu irmão Peter, pois “as famílias de classe média da época consideravam válido educar as filhas também já que os meninos recebiam aulas” (GOMES, 2011, p. 36). Desse modo, a educação da autora se dava em consequência da educação de seu irmão. Esse fato não reflete a educação para as mulheres da época, visto que esta era pensada a partir da diferença sexual. Com o falecimento de seu tio Ralph Astell, a educação formal de Mary foi interrompida por volta dos treze anos de idade e, de acordo com dados bibliográficos, esta precisou buscar, por conta própria, conhecimentos que, posteriormente, influenciariam seus textos.

Esse fato nos faz refletir sobre educação pensada para as mulheres no início do século XVIII e Rousseau tem contribuições significativas nesse período, em especial para o campo da pedagogia. Jean-Jacques Rousseau (1712 - 1778), apresenta um novo conceito de educação pensado para a criança. Sua obra *Emílio ou da Educação* é referencial para a educação na infância pois “o pensamento de Jean-Jacques Rousseau, pela sua profusão e inegável atualidade, se coloca como leitura obrigatória no processo formativo dos profissionais em educação” (SANTA, 2020, p. 02), em especial a partir da obra citada.

Entretanto, em seus escritos, Rousseau "constrói o homem e a mulher ideal na virada da modernidade democrática, mediante uma proposta educativa, moral e política com base na diferenciação sexual” (RODRIGUES, 2007, p. 9). Ou seja, a educação pensada para os meninos era diferente da educação para as meninas, mesmo que guiadas pelos ideais iluministas, de grande influência no trabalho de Rousseau.

No iluminismo, ocorre um avanço do ensino destinado às mulheres em termos quantitativos, mas não em termos qualitativos, com a multiplicação das escolas de meninas. Qualquer escola que as mulheres frequentassem não as

faria sábias devido à falta de continuidade do ritmo escolar e ao conjunto de conhecimentos propostos: a bagagem cultural era essencialmente constituída de verdades piedosas e de trabalhos de agulhas. As ‘mulheres excepcionais’, de cultura comparável ao saber dispensado aos rapazes, diferentemente das demais, recebiam uma educação familiar bem orientada (SONNETE, 2007 apud RODRIGUES, 2007, p. 9).

É perceptível que, mesmo com acesso à educação, a introdução da mulher no âmbito educacional não se configura de forma qualitativa, visto que se diferenciava da educação voltada para os rapazes, ou seja, para o homem. Rousseau, citado por Perrot (2007, p. 92), define que

toda a educação das mulheres deve ser relativa aos homens. Agradá-los, ser-lhes úteis, fazer-se amar e honrar por eles, criá-los, cuidar deles depois de crescidos, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida agradável e suave: eis os deveres das mulheres em todos os tempos, e o que se deve ensinar-lhes desde a infância.

Verificamos aí uma ideia de educação limitada e voltada para o bem-estar do homem, acentuando o caráter de serviço e cuidado vinculados à mulher. No entanto, vale ressaltar a importância das contribuições de Rousseau para a educação das mulheres e, conseqüentemente, para a percepção destas, no cenário social. O romance *Júlia ou a nova Heloísa* (1761) de autoria de Rousseau, vêm a público como um dos maiores *best-sellers* do século XVIII, onde o autor subordina parte do enredo à semelhança da vida cotidiana da época tendo como foco as interações dos personagens (Júlia d'Etange, Clara, o Barão d'Etange, a Sra. d'Etange, Saint-Preux, Milorde Eduardo, o Sr. de Wolmar...). Tratando de Júlia, personagem que intitula a obra, Franselma Figueirêdo (2010, p. 24) aponta algumas características da personagem e de sua educação, em que Júlia é retratada como

uma moça aristocrata educada nos bons costumes, nos gostos refinados, no prazer de viajar, no hábito de ler e de manter correspondência escrita, primeiramente com Saint-Preux - seu professor de espírito ilustrado, mas plebeu-, que a amava e era correspondido. O pai de Júlia, o barão d'Etange, um altivo fidalgo proprietário do Castelo de Etange, era profundamente vaidoso dos talentos perceptíveis da filha única.

Na obra, Rousseau apresenta uma personagem com acesso à literatura e de forma ativa, visto suas interações através de correspondências escritas com os demais personagens. Diferente da educação baseada na distinção sexual ou no caráter submisso ainda preservado em relação à mulher, Rousseau apresenta em Júlia uma mulher atuante e aponta algumas virtudes dela através da fala de outro personagem, seu preceptor Saint-Preux.

Eis, minha encantadora Aluna, por que limito todos os vossos estudos a livros de bom gosto e de bons costumes. Eis por que, transformando todo o meu

método em exemplos, não vos dou outra definição das virtudes a não ser pinturas de pessoas virtuosas, nem outras regras para bem escrever a não ser livros bem escritos. (ROUSSEAU, 1994, p. 67 apud FIGUEIRÊDO, 2010).

Vale ressaltar a condição social de Júlia que é fundamental para o acesso dessa mulher à literatura e, conseqüentemente, ao conhecimento. Entretanto, Rousseau em sua obra apresenta uma personagem com uma educação intelectual, que atribui qualidade ao processo educativo da personagem, diferente do caráter quantitativo que predominava em relação à educação feminina na época.

Chegado o século XIX, este configura-se como símbolo das conquistas femininas no âmbito social. Este período também é conhecido “nos textos que explicam os eventos que nele ocorreram de “o ‘século das revoluções’ [...] caracteriza-se, acima de tudo, pela aceleração do desenvolvimento da sociedade, que sofreu transformações em todos os níveis.” (MILANI, 2012, p. 09). A chamada primeira onda feminista, se relaciona com as conquistas das mulheres por direitos no decorrer do século XIX, entretanto esse movimento surge ainda no século XVIII a partir de questionamentos e inquietações femininas

provocadas pelo fim do isolamento doméstico causado pela Revolução Industrial e pelos ideais de igualdade vindos da Revolução Francesa. Esse momento inicial do movimento feminista é conhecido como a “Primeira Onda” e chegou ao Brasil no século XIX. As feministas dessa onda utilizaram as letras como estratégia de militância na luta pela emancipação feminina e pela conquista de direitos. (MOURA, 2018, p. 01).

No século XIX, a mulher e os demais membros da família são introduzidos no mercado de trabalho, rompendo o espaço doméstico e, chegada a modernidade, mulheres de diferentes espaços sociais conseguem falar de si e de suas realidades, muitas vezes com caráter de militância diante das inquietações que detinham, a partir de produções artísticas, em especial na literatura. “A literatura, agora, é menos hostil a elas do que foi outrora e considero isto um fruto do respeitável e necessário combate, protagonizado por mulheres de outro tempo” (ALMEIDA, 2019, p. 38).

No decorrer do século XIX as reivindicações das mulheres estavam pautadas especialmente no direito à cidadania, à educação e à autonomia. No fim deste período,

a luta pelo voto se tornou símbolo do movimento. As sufragistas se tornaram alvo de simpatizantes e muitos opositores. Tendo elas no início do século XX aparecido bem organizadas e após pressionarem governantes e a sociedade progressivamente conquistaram esse direito. (SOUZA, 2018, p. 56).

O direito ao qual a autora se refere, é o direito ao voto conquistado pela luta das mulheres por uma participação ativa nas decisões coletivas, através do voto direto. “As Sufragistas, primeiras ativistas do feminismo no século XIX, passaram a ser conhecidas pela sociedade da época devido às suas fortes manifestações públicas em prol dos direitos políticos, com ênfase no direito ao voto” (FARIAS e GRUBBA, 2017, p. 261). Esse movimento de conquista da mulher na cena eleitoral, permeia entre o final do século XIX até meados do século XX, com expressividade na Europa e, posteriormente, se expandindo no ocidente. Entretanto, o direito ao voto não bastou para que a mulher conquistasse uma cidadania plena. Mesmo com a conquista deste direito, “as desigualdades ainda permanecem e são percebidas através do contraste financeiro, educacional, político, entre homens e mulheres” (SOUZA, 2018, p. 56).

É então no século XX, a partir da década de 1960 que emergiu um feminismo cada vez mais organizado e militante, pressionando governo e sociedade de forma progressiva para a conquista de direitos fundamentais. As mulheres defendiam o direito ao controle reprodutivo, à sexualidade, ao domínio sobre seus corpos, entre outros direitos que contribuem para a emancipação da mulher no cenário social e a desconstrução contínua da condição de submissão e imposição do poder masculino sobre suas individualidades, identidades e corpos.

As reivindicações se ampliaram com o tempo, e o lema da *diferença na diferença* ganha força entre as pautas feministas. “As mulheres negras apontavam as desigualdades entre elas e as mulheres brancas e denunciavam a violência sofrida por elas devido ao racismo” (SOUZA, 2018, p. 57). A interseccionalidade, conceito sociológico que permite enxergar os vários sistemas de opressão, foi adotado pelo feminismo e pretende combater as formas distintas de opressão sofridas pelas mulheres. Deste modo, o movimento feminista, ou os feminismos, incorpora a diversidade como parte do movimento, que não se pauta mais apenas na realidade das mulheres brancas de classe média, mas busca diversificar suas pautas, considerando que todas as mulheres são oprimidas, mas de formas distintas. Essa diversidade procura se estender para representar mulheres negras, indígenas, brancas, lésbicas, intersexuais, transexuais, entre outras, considerando suas diferenças e as formas de opressão que em cada realidade são impostas a essas mulheres. O movimento feminista possui uma atuação singular no que diz respeito às conquistas de direitos das mulheres que permeia todo século XIX até o século XXI.

A mulher no século XXI caminha progressivamente para o empoderamento, para a emancipação individual que busca o domínio da sua própria vida, apesar dos inúmeros desafios que precisam ser superados. A equidade de gênero está alinhada ao progresso civilizatório, pois

O mundo tem passado por grandes transformações econômicas, sociais, ambientais e culturais, sendo que o empoderamento das mulheres e a redução das desigualdades de gênero representam um passo essencial do progresso civilizatório, nesta etapa decisiva da história da humanidade. (ALVES, 2016, p. 269)

De acordo com o autor, o caminho da emancipação feminina movimenta-se pelo aumento da igualdade de oportunidade entre os sexos e pela conquista de direitos subjetivos. Citando Charles Fourier, Alves (2016, p. 630) aponta que “o grau de emancipação das mulheres em uma sociedade é o termômetro geral através do qual se mede a emancipação geral” (tradução do autor). Ou seja, o empoderamento das mulheres se relaciona com a organização da sociedade civil, constituindo um processo que progride nas distintas instâncias de poder do Estado. Em relação aos avanços da mulher na sociedade, o autor aponta que

No mundo, nas últimas décadas, houve avanço na educação, com o aumento do número de meninas escolarizadas, elevação do número de mulheres no mercado de trabalho e maior presença nos espaços de poder e nas funções de liderança nas esferas pública e privada. As mulheres conseguiram maior acesso à propriedade e à herança de bens ao casar e ao divorciar-se etc. (ALVES, 2016, p. 630)

No Brasil, o avanço das mulheres em relação à educação é um dado interessante, pois ao longo da história do país as mulheres constituíram a maior parte da população analfabeta nos primeiros 450 anos. Entretanto, recentemente superaram os homens em todos os níveis educacionais, constituindo atualmente cerca de 60% das titulações de grau universitário. De todo modo, as conquistas são parciais, diante dos inúmeros obstáculos que ainda precisam ser superados para conquistar a equidade de gênero, como por exemplo “a erradicação das desvantagens socioeconômicas das mulheres; a luta contra os estereótipos, os estigmas e a violência; e o fortalecimento do poder de ação, de voz e de participação das mulheres.” (ALVES, 2016, p. 630-631).

. As mulheres ocupam cada vez mais espaços nas diversas esferas sociais e continuam reivindicando direitos fundamentais para que sejam igualitárias as oportunidades de acesso e permanência na vida pública e, conseqüentemente, política, assim como nas relações pessoais, onde a independência financeira contribui de modo significativo para esse movimento, que progride junto do crescimento do número de mulheres nas atividades econômicas.

Uma sociedade com igualdade social de gênero é uma realidade percebida no horizonte, pois “nenhum poder na Terra pode parar uma ideia cujo tempo chegou” (Vitor HUGO, 1878 apud ALVES, 2016, p. 637). A despatriarcalização e a autonomia feminina na sociedade se

apresenta de modo irreversível, completa Alves. A equidade de gênero repousa no campo dos direitos humanos além de ser uma questão de desenvolvimento do progresso civilizatório.

LITERATURA INFANTO-JUVENIL: UM BREVE RELATO SOBRE A TRAJETÓRIA DO GÊNERO LITERÁRIO

O século XVIII foi também conhecido como Século das Luzes, devido ao protagonismo das ideias iluministas que influenciaram diretamente as produções artísticas e literárias da época. Naquele período “a opinião pública esclarecida acreditava no progresso da razão. Acreditava que o conhecimento emancipava” (BREYMAIER e BOTO, 2020, p. 5), e a partir desse movimento intelectual o indivíduo é colocado como centro do mundo, libertando-se das crenças obscurantistas e crendo no conhecimento e na razão a chave para novos caminhos.

Assim como o ser humano, a criança também passa a ser compreendida sob nova perspectiva, antes vista como miniatura de adulto, que Franco Frabboni (1998, p. 63) denomina de “a ‘Criança-Adulto’ ou Infância Negada”. A partir dessa transformação, a criança passa a ser entendida como sujeito, pois a “infância tem um significado genérico e, como qualquer outra fase da vida, esse significado é em função das transformações sociais” (KUHLMANN, 2010, p. 16). Esta nova perspectiva originou a necessidade de instituições que mediassem a relação da criança com o mundo a partir de suas especificidades e é nesse contexto que surge a escola. Em consequência do processo de alfabetização desenvolvido na escola e habilitadas para o consumo de obras literárias, as crianças e jovens passam a necessitar de material adequado que suprisse essa recente habilidade.

Na literatura infantil, o francês Perrault (1628 – 1703) tem contribuições ímpares, pois desenvolveu um trabalho precursor nesta área, sendo considerado o pioneiro da literatura voltada para crianças. Ainda no século XVII, através da coleta de narrativas populares e lendas, o autor adaptou as histórias e atribuiu valores comportamentais de interesse da burguesia. Perrault é autor de numerosos e conhecidos contos infantis como Chapeuzinho Vermelho, A Bela Adormecida e O Gato de Botas.

No Brasil, a literatura para crianças tem sua origem com propostas bem distintas. A literatura infantil nacional nasce apenas no final do século XIX, consolidando-se no período próximo à Proclamação da República (1889). Essas histórias eram baseadas em traduções e adaptações de contos europeus para a língua portuguesa e o jornalista Alberto Figueiredo Pimentel (1869 – 1914) protagonizou esse cenário através da tradução de contos clássicos de autores como Perrault e dos irmãos Grimm, Jacob e Wilhelm Grimm. Maria Antonieta Cunha

acrescenta que nesse período “no Brasil, como não poderia deixar de ser, a literatura infantil tem início com obras pedagógicas e sobretudo adaptadas de produções portuguesas, demonstrando a dependência típica das colônias”(CUNHA, 1987, p. 20).

No decorrer das décadas de 1920 e 1930 era necessário satisfazer algumas exigências tanto no contexto social quanto educacional, com narrativas nacionalistas, visto que o mercado crescia de modo impetuoso nessa área, cujos contextos e diálogos se aproximassem, ou identificassem, com a língua e códigos linguísticos brasileiros. Nesse cenário surge o escritor Monteiro Lobato (1882 – 1948), responsável pela transição da literatura infantil conservadora para uma produção crítico-formativa e publica sua primeira obra *Narizinho Arrebitado* (1921), tornando-se um marco da literatura infantil no Brasil.

A partir da década de 1930 surgem novos autores, como Cecília Meireles e Viriato Correia, entre outros tantos autores que escreveram histórias infantis e poemas, dando início a uma fase fértil de produção genuinamente brasileira. Daí em diante, o cenário nacional é marcado por uma fertilidade literária voltada para o público infantil e a partir da década de 60 a produção literária voltada para as crianças aponta para a consolidação do gênero literatura infantil no contexto nacional.

Entre os principais nomes da literatura infantil no Brasil hoje estão Ana Maria Machado, Mauricio de Sousa, Mario Quintana, Clarice Lispector, Ruth Rocha, Eva Furnari, Pedro Bandeira, entre outros que escreveram e escrevem narrativas infantis em variados gêneros textuais, contribuindo significativamente para as obras literárias infanto-juvenis acessadas em variados espaço, dentro e fora do ambiente escolar.

CAPÍTULO II: AS RELAÇÕES DE PODER E A INVISIBILIDADE DA MULHER

Ao longo da história da humanidade a mulher foi marginalizada enquanto sujeito histórico, estereotipada como figura subalterna, submissa ou complementar ao homem, sendo, “durante muito tempo, deixada na sombra da História” (DUBY e PERROTT, 1995, p. 07). Considerando o androcentrismo e a característica patriarcal que marcaram a história, Magalhães (1980) afirma que desde a antiguidade a mulher ocupa essa posição subsidiária, sendo impedida de acessar espaços sociais e políticos. Foram esses movimentos que tornaram a mulher invisível, no sentido de sua atuação no espaço público, muito embora essa atuação tenha acontecido a partir das sutilezas do fazer feminino em seus espaços privados que, muitas vezes, irradiavam para os espaços públicos.

É Perrot (2015, p. 17) quem explica a invisibilidade feminina afirmando que se deu,

Em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuavam em famílias confinadas em casa, ou no que servia de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas.

Ainda de acordo com Perrot, a fala feminina em público, por longas datas, era considerada indecente e sinônimo de desordem. A aparição da mulher em grupos e espaços sociais públicos, chegou a causar medo, reforçando, ainda mais, as imposições de falta de liberdade social, através do exercício de poder do homem sobre a mulher, único que podia trabalhar fora de casa e fazer política.

As formas e exercícios históricos de poder na sociedade são inúmeros e fatores como raça, classe e o gênero, foram determinantes para as relações de dominação e submissão impostas à mulher no cenário social. Esse poder pode ser definido como “toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistência, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 1994, p. 33). A relação de poder através do gênero, segundo Scott (1995), configura-se enquanto a imposição de uma categoria social sobre um corpo sexuado. Nesse sentido, a relação de poder, em que a dominação e supremacia masculina é explícita, produziu a exclusão da mulher enquanto sujeito social e histórico.

Sendo privada de inúmeros direitos reservados aos que impõem seus interesses a partir da dominação, ou seja, o homem, à mulher é negada a possibilidade de se expressar, de se posicionar, de desejar, ou seja, de atuar enquanto pessoa ativa em seu espaço social, sendo excluída do exercício de cidadania e tendo sua individualidade silenciada. A exemplo deste

silenciamento, a mulher não teve direito ao voto, à herança, ao controle de natalidade e à educação, entre muitos outros direitos, por longa data.

Isso é fato, pois durante muitos séculos a mulher foi silenciada no âmbito das relações públicas e, conseqüentemente, da história social e cultural, uma história escrita pelos homens e marcada por estereótipos, preconceitos e sub hierarquias em relação ao papel feminino. Em outras palavras, foi o universo masculino a principal referência na produção das invisibilidades da mulher, já que eram eles, pelo poder que detinham, que produziam o conhecimento e atuavam no campo da política e da esfera pública. “Aos homens o cérebro e a capacidade de decisão e às mulheres os sentimentos e o “dever” do cuidado do espaço privado” (LUNZ, 2018, p. 50), esse pensamento concebe a representação simbólica da mulher enquanto esposa, mãe, dona-de-casa, entre outros símbolos que remetem a atuação feminina ao lar, ou seja, ao privado.

Essa relação de poder, apesar de ser mais explícita nas relações públicas e suas hierarquias sociais, especialmente no âmbito da política, não está restrita a estes espaços, pois o poder atua em todos os níveis sociais, desde as relações estatais às interpessoais, no cenário público e no privado. Conservar o poder significa, para Julieta Kirkwood (1986, p. 187), “exercê-lo continuamente, é transformá-lo em atos repetidos ou simultâneos de fazer, e de fazer com que outros façam ou pensem. Tomar-se o poder é tomar-se a ideia e o ato”.

Poder e decisão estão intimamente ligados e, diante da condição de submissão imposta à mulher ao longo de grande parte da história, suas vidas e experiências também foram condicionadas ao silêncio e ao serviço. Nesta linha de pensamento, Marcela Lagarde (1993), define poder como:

[...] a capacidade de decidir sobre a própria vida: como tal, é um fato que transcende o indivíduo e se plasma nos sujeitos e nos espaços sociais: aí se materializa como afirmação, como satisfação de objetivos [...]. Mas o poder consiste também na capacidade de decidir sobre a vida do outro, na intervenção com fatos que obrigam, circunscrevem ou impedem. Quem exerce o poder se arroga o direito ao castigo e a postergar bens materiais e simbólicos. Dessa posição domina, julga, sentencia e perdoa. Ao fazê-lo, acumula e reproduz o poder. (LAGARDE, 1993, p. 154)

É possível notar que o poder está em todas as relações, sejam elas sociais, econômicas, pessoais, desde a intimidade da relação conjugal até as hierarquias políticas que estruturam os modelos de sociedades. “Estas relações de poder que operam em distintos níveis estão em constante conflito de interesses” (COSTA, 2004, p. 02), e a mudança da representação da

mulher na esfera social surge desse conflito, pois a condição à qual foi subalternizada não era fruto consenso e sim de imposição.

“Ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas” (PINTO, 2010, p. 15). A resistência da mulher às condições impostas se deu de diversas formas ao longo da história, seja na sutileza das relações privadas, ou nas reivindicações por direitos, que emergiram no final do século XIX e início do século XX. A busca por direitos iguais traz à tona uma importante reflexão sobre igualdade entre os sexos e a forma como esta igualdade se apresenta no cenário social, que não se limita aos direitos civis, mas atua enquanto prática inerente às relações sociais.

Durante mais de um século, o movimento de mulheres articulou-se em torno do enfoque da igualdade sem se dar conta que o próprio conceito de igualdade existia a partir de um modelo masculino e patriarcal de organização política. Somente após a conquista dos chamados direitos civis a partir dos anos 30, onde a tão propalada igualdade foi finalmente conquistada, é que as mulheres puderam se dar conta de que não era suficiente a conquista legal, seria necessário um processo de transformação mais amplo, onde o próprio conceito de igualdade fosse questionado. Essa será a tônica do movimento de mulheres dos anos 80. (COSTA, 2004, p. 05)

Nesse período, o movimento feminista atuou de modo singular na reivindicação pelos direitos das mulheres, mesmo que não abrangesse todas as mulheres, desconsiderando a pluralidade destas que estão inevitavelmente em condições distintas quando consideramos fatores determinantes como classe e raça. O feminismo de meados do século XX foi protagonizado por “mulheres de classe média, educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise” (PINTO, 2010, p. 15). A história do movimento feminista teve três grandes momentos pautados na reivindicação pelos direitos democráticos, que ocorre no final do século XIX, a partir da exigência da mulher pelo direito ao voto, ao divórcio, à educação e ao trabalho; na libertação sexual, fomentada pelo aumento dos contraceptivos, que ocorre durante a década de 1960; e na luta de caráter sindical, que marca o final da década de 1970.

No âmbito da literatura, Virginia Woolf (1882 - 1941) disserta sobre “as mulheres e a ficção” na obra *A Room of One's Own* (Um teto todo seu), publicada em 1929. Esse ensaio parte de palestras feitas por Virgínia nas universidades de Newham e Girton em 1928 e reflete sobre as condições sociais da mulher e sua influência na produção literária feminina. A autora questiona sobre o que é necessário para uma mulher escrever sobre ficção, para isto a mulher

precisaria de um lugar sossegado para escrever e independência financeira, ou seja, um teto todo seu. A validação social também é um ponto acentuado pela autora que, através do diálogo desenvolvido na obra, reflete sobre a situação desfavorável para a mulher na produção literária diante do posicionamento e funções que esta ocupa no cenário social.

Tratando sobre a mulher na ficção, Virgínia Woolf confronta as representações distintas que existem entre as personagens de destaque em inúmeras obras literárias, escritas majoritariamente por homens, e a mulher da vida real, pontuando que as representações da mulher na maioria destas obras não configuram representatividade.

É de se imaginar que ela seja da maior importância; na prática ela é completamente insignificante. Ela permeia a poesia de capa a capa; está sempre presente na história. Domina a vida de reis e conquistadores na ficção; na vida real, era escrava de qualquer garoto cujos pais lhe enfiassem um anel no dedo. Algumas palavras mais inspiradas, alguns pensamentos mais profundos da literatura vieram de seus lábios; na vida real, ela pouco conseguia ler, mal conseguia soletrar e era propriedade do marido. (WOLFF, 2014, p. 67).

As musas inspiradoras de grandes paixões retratadas ao longo do tempo na literatura escrita predominantemente por homens se distanciavam da mulher real que, por longa data, foi privada de direitos mínimos, tendo desconsiderada sua individualidade e condicionando-a à um membro de seus maridos, pais, irmãos ou qualquer outra figura masculina.

Os obstáculos encontrados pelas mulheres que tinham o objetivo de produzir literatura eram inúmeros e algumas delas adotaram diferentes estratégias para contornar esta situação. Autoras como Mary Ann Evans (1819 - 1880) e Amantine Dupin (1804 - 1876) adotaram pseudônimos masculinos para publicar suas produções literárias, ambas assumiram as identidades de George Eliot e George Sand, respectivamente, para legitimar suas produções a partir de uma identidade masculina, visto a deslegitimação das produções femininas na época.

O empoderamento da mulher, conceito que surgiu nos Estados Unidos na década de 1960, só vem se expandir a partir da metade do século XX. Esse conceito surge a partir da reivindicação por direitos civis, “através da bandeira do poder negro, como uma forma de auto valorização da raça e conquista de uma cidadania plena” (COSTA, 2004, p. 07).

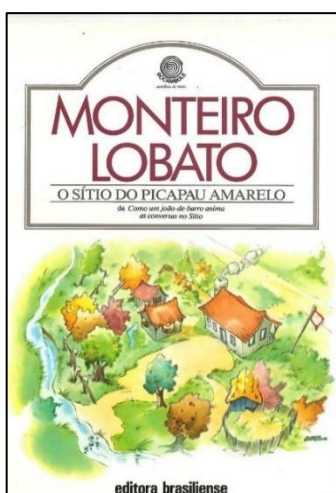
Neste estudo, dialogamos especialmente sobre o gênero como fator determinante para a dominação do homem sobre a mulher nas relações socioculturais e suas consequências para o enraizamento da submissão na sociedade contemporânea, em especial na educação e na escola. No contexto educacional e escolar, do qual a mulher foi privada durante muito tempo, refletimos sobre a literatura infanto-juvenil e a representação feminina nas obras literárias,

compreendidas enquanto produção cultural e histórica, carregadas de marcas que possuem o poder de influenciar na construção identitária e comportamental das crianças.

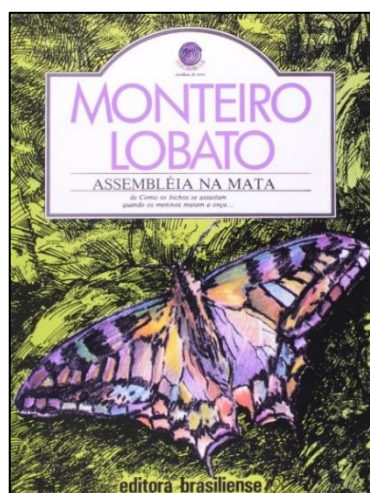
CAPÍTULO III: ANÁLISE DAS OBRAS LITERÁRIAS: DAS INDIVIDUALIDADES AO EMPODERAMENTO

Tratando do papel social que as personagens femininas ocupam nas ilustrações e narrativas das obras literárias infanto-juvenis, analisamos as obras buscando a representação da figura feminina e confrontando-as com a mulher atual, que acessa variados espaços e luta por igualdade de gênero nas relações sociais. Essa análise se dá a partir de dois principais eixos: os ruídos da invisibilidade das personagens femininas e a representatividade, empoderamento e ocupação dos espaços das personagens. A partir desses eixos, dialogamos sobre as características das personagens ilustradas sob diferentes parâmetros.

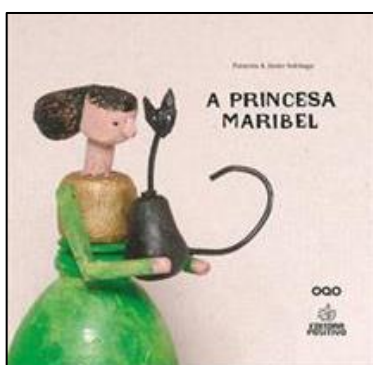
Com a finalidade de aproximar as leitoras e leitores das obras analisadas, segue a ilustrações das capas dos livros selecionados para análise, os menos presentes do quadro 2. Posteriormente, segue o diálogo da análise considerando os dois eixos indicados, respectivamente.



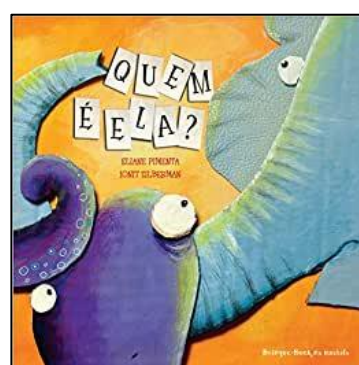
Monteiro Lobato, O Sítio do Picapau Amarelo, 12ª ed. 1995.



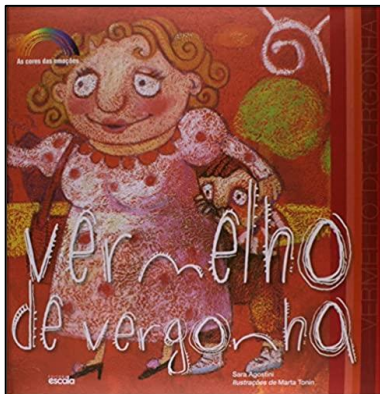
Monteiro Lobato, Assembleia na Mata, 5ª ed. 1995.



Patacrúa, A Princesa Maribel, 2012.



Eliane Pimenta, Quem é ela?, 2012.



Sara Agostini,
VERMELHO DE
VERGONHA,
2009.

OS RUÍDOS DA INVISIBILIDADE DAS PERSONAGENS FEMININAS

A partir do primeiro eixo, é possível verificar que, na maior parte das obras literárias infanto-juvenis as personagens femininas estão vinculadas ao ambiente doméstico e são representadas, majoritariamente, como mães, avós, empregadas, não tendo, em algumas obras, seu nome ou identidade apresentados, nem espaços sociais que ocupam, para além do lar. As mulheres adentraram no mercado de trabalho significativamente desde o início do século XIX, rompendo as fronteiras do lar, portanto a vinculação da mulher tão somente ao ambiente doméstico configura uma representação arcaica no que diz respeito ao acesso das mulheres aos espaços públicos. Deste modo, observamos que as histórias, em sua maioria, vinculam a mulher ao lar, silenciando-a em relação a tomadas de decisão social. Dessa compreensão o objetivo desse item é analisar os ruídos existentes na invisibilidade imposta à essas personagens, acentuando a associação da mulher ao ambiente doméstico; dos espaços acessados e negados à figura feminina, silenciando sua presença; e das relações de poder estabelecidas sobre elas nas obras analisadas a partir das personagens ilustradas.

Como exemplo da vinculação da mulher ao ambiente doméstico, a relação do enredo com a personagem Dona Benta nas obras de Monteiro Lobato, em ambas que ela aparece (*Assembleia na Mata* e *O Sítio do Picapau Amarelo*), explicita o estereótipo da dona de casa, mulher que vive no lar e para o bem-estar da família. “Numa casinha branca, lá no Sítio do Picapau Amarelo, mora uma velha de mais de sessenta anos. Chama-se Dona Benta. Quem passa pela estrada e a vê na varanda, de cestinha de costura ao colo e óculos de ouro na ponta do nariz [...]” (LOBATO, *O Sítio do Picapau Amarelo*, p. 3). Essa representação, não somente nesta obra, mas na forma como a personagem tem seus espaços descritos em ambas as obras analisadas, reforça a invisibilidade da mulher, limitando-a ao lar e excluindo as mulheres dos espaços públicos de construção socioculturais e políticas, ponderando a fala de Perrot quando a autora afirma que “em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem

parte da ordem das coisas” (PERROT, 2015, p. 17). Representar uma personagem que rompe essas barreiras e ressignifica seus espaços de atuação é fundamental para a representatividade da figura feminina atual, visto que esse movimento de transcender o lar já ocorre há quase dois séculos.

Essa vinculação da mulher ao ambiente doméstico, como espaço ocupado naturalmente por ela, reflete nos saberes construídos em suas experiências, visto que, ocupando principalmente esse espaço, ou seja, o lar, a personagem se distancia dos demais espaços sociais que poderiam ser ocupados por ela, como o mercado de trabalho, a escola, a igreja, entre outros. Fato que reflete nos saberes construídos pelas mulheres nesses espaços enquanto produtoras de conhecimento e cultura.

Os saberes vinculados ao homem, visto que o elemento masculino ocupa outros espaços além do doméstico, aparece como referencial para os saberes científicos, e à mulher cabe apenas os saberes empíricos, vinculados às suas experiências cotidianas. Essa relação justifica o que Perrot chama de “o saber é contrário à feminilidade” (PERROT, 2007, p. 91), pois ao feminino, durante muito tempo foram negados inúmeros direitos, entre eles o direito à educação, resultando em sua limitação ao lar.

Essa percepção ainda está enraizada nas relações sociais, mesmo que de modo mais sutil, que pode ser verificada na dupla jornada de trabalho enfrentada pelas mulheres que precisam conciliar afazeres profissionais e domésticos culminando numa carga horária exaustiva de trabalho. Apesar deste fato, a vinculação privativa da mulher ao ambiente doméstico passa por um movimento de desconstrução contínua e necessária, que ressignifica a ocupação dos espaços sociais acessados pelas mulheres. A representatividade em obras literárias acessadas pelas crianças na escola, em especial na educação pública, auxilia na desconstrução do estereótipo que vincula a mulher exclusivamente ao lar como sendo o seu ambiente natural.

Acentuando esse modelo, Dona Benta, nas narrativas de Monteiro Lobato, é comumente consultada pelas crianças quando elas possuem algumas dúvidas relacionadas ao cotidiano e buscam na avó informações que desconhecem. Especialmente no livro “O Sítio do Picapau Amarelo”, Dona Benta conversa com Narizinho, Pedrinho e com a boneca Emília, explicando como o João-de-Barro organiza seus ninhos. Esse saber configura-se como empírico, visto que sua vida no sítio lhe permite observar essas atividades comuns. Entretanto, no momento seguinte, quando as crianças questionam se os pássaros, ou animais em geral, possuem inteligência, Dona Benta aponta que “É pequeniníssima nas galinhas e nos perus, mas já bem

desenvolvida no joão-de-barro – e é um colosso num homem como Isaac Newton”. (LOBATO, O Sítio do Picapau Amarelo, p. 23).

Nesse diálogo é possível verificar a associação da inteligência “colossal” ao homem, tido como referência de saber científico. Em uma sociedade patriarcal, “os estudos, análises, investigações, narrações e propostas são enfocadas a partir de uma perspectiva unicamente masculina, e tomadas como válidas para a generalidade dos seres humanos, tanto homens como mulheres” (OLIVEIRA, 2004, p. 43). Essa característica define o conceito de androcentrismo, apontado por Oliveira (2004) e auxilia na compreensão do homem como referencial das experiências de um modo geral e, conseqüentemente, do saber. Neste caso, a personagem feminina é associada aos saberes cotidianos, contribuindo para emudecer as experiências das diversas mulheres que desenvolvem pesquisas e estudos pois, assim como os homens, elas são detentoras de conhecimentos científicos, fato que o texto não contribui para a percepção e ainda reforça uma ideia antiquada em que é vinculado “aos homens o cérebro e a capacidade de decisão e às mulheres os sentimentos e o ‘dever’ do cuidado do espaço privado” (LUNZ, 2018, p. 50).

Essa relação da mulher com o ambiente doméstico não se restringe à dona de casa. No livro “A Princesa Maribel”, a personagem é apresentada de modo muito passivo no enredo, apesar de intitular a história. Neste caso, a princesa não possui nenhuma fala em toda a história e está restrita apenas ao castelo, ou seja, seu lar. No fim da história, o personagem do pastor é quem acha o anel perdido por Maribel e o devolve para a princesa, acentuando a dependência da mulher à figura masculina para solucionar seus problemas, nesse caso, a perda do anel. “Este é o PASTOR, que encontrou o anel... E ganhou um beijo da Princesa Maribel!” (PATACRÚA e SOLCHAGA, 2006, p. 27 e 29)

Esse comportamento é constantemente notado nas histórias das princesas, principalmente em clássicos como Branca de Neve, Rapunzel, A Bela Adormecida, entre outros que compõem um conjunto de obras literárias acessadas pelas crianças, inclusive no ambiente escolar. Vale ressaltar que essas histórias exemplificadas anteriormente foram escritas no início do século XIX pelos irmãos Wilhelm Grimm (1785-1863) e Jacob Grimm (1786-1859), entretanto esses contos começaram a surgir entre os séculos XVII e XVIII e retratam uma figura feminina vinculada àquela época, de caráter predominantemente subalterno. O acesso a essas obras não é problemático, desde que haja uma leitura crítica dessa realidade. Tais literaturas, não contribuem para a percepção da mulher atual, como pessoa que ocupa novos e variados

espaços. Então, vemos como necessária a desconstrução da subordinação da mulher condicionada ao homem durante grande parte da história, para ressignificar o seu papel social.

As obras de Monteiro Lobato analisadas parte da obra *O Sítio do Picapau Amarelo*, uma série de 23 volumes, escrita pelo autor brasileiro entre os anos de 1920 e 1947. Especialmente as obras analisadas nesta pesquisa, “*Assembleia na Mata*” e “*O Sítio do Picapau Amarelo*”, são fragmentos dos livros *Caçadas de Pedrinho*, *Reinações de Narizinho* e *O Saci*, respectivamente, que estão presentes entre as 23 narrativas escritas pelo autor em sua obra geral, em que ambas as obras analisadas na pesquisa têm edição datada em 1995. Desde final do século XX até os dias atuais, ocorreram inúmeras mudanças no papel da mulher no cenário social ao longo desse tempo, fator que é importante considerar, tendo em vista a compreensão do retrato das mulheres nestas obras, considerando do fato de ainda serem utilizadas cotidianamente nas atividades de leitura em muitas escolas do Brasil, visto a relevância do autor para a literatura infanto-juvenil. Em se tratando de uma literatura mais atual, como o livro “*A Princesa Maribel*”, nas obras “*Vermelho de Vergonha*” (Sara Agostini, 2009) e “*Quem é ela?*” (Eliane Pimenta, 2012) é possível notar, de forma mais explícita, a não identificação das personagens que têm suas identidades silenciadas no texto, assim como a limitação dos espaços que ocupam.

Na obra “*Vermelho de Vergonha*”, a mãe de André é uma personagem que permeia quase toda a narrativa, contudo é representada apenas enquanto mãe. Aqui, é possível notar o silêncio quanto a identidade desta mulher que, apesar de estar presente na maior parte da história, não tem sua identidade caracterizada, como nome e profissão, por exemplo. No enredo, a personagem e seu filho André estão passeando pelo parque, ambiente externo aos limites domésticos, porém o texto a vincula, exclusivamente, aos cuidados do filho, excetuando-se qualquer outro o acesso dela, como por exemplo a possibilidade do mercado de trabalho.

Essa representação reforça a necessidade da mulher de se ocupar exclusivamente com os filhos, pois parte de uma percepção onde “que essa seria a forma ‘natural’ de cuidados com a criança e, por isso, a mais adequada; uma vez que só a mulher era capaz de gestar e parir, seriam, pois, concernentes apenas à ‘natureza feminina’ a educação e os cuidados com a prole.” (MOURA e ARAÚJO, 2004, p. 46). Na fala das autoras, é possível verificar a indicação de uma situação passada através dos verbos utilizados, onde essa característica era condicionada de modo mais impositivo à mulher. Porém, o retrato dos cuidados predominantemente maternos ainda permeia socialmente até os dias atuais, mesmo que de modo mais sutil. É histórica a ideia da identidade da mulher associada à maternidade, pois a aptidão do corpo feminino para gerar e amamentar o filho, demarca a diferença entre os sexos. No entanto, atualmente, a identidade

feminina não pode estar mais vinculada apenas ao papel de mãe e dona de casa. As mulheres hoje buscam independência financeira, carreira profissional, além de optar ou não pela maternidade. É relevante que as obras literárias, principalmente as mais atuais, retratem a figura dessa mulher contemporânea, contribuindo para a ressignificação de seu papel, e estabeleça a leitura crítica das obras em que a mulher é personagem silenciada em ação e em identidade.

Um outro fato relevante sobre a obra de Sara Agostini, “Vermelho de Vergonha” é que, passeando com seu filho pelo parque, as pessoas começam a questionar a criança sobre o uso da chupeta, constrangendo tanto o menino André quanto a sua mãe “André já não aguentava mais e até mesmo sua mãe começava a ficar irritada” (AGOSTINI, 2009, p.11). Nesta situação, é nítido que a personagem se mostra incomodada com os questionamentos das pessoas sobre o hábito de seu filho. Mas uma vez, é a mãe a constrangida, fato que pode ser presenciado cotidianamente, onde há mulheres constantemente questionadas sobre esse e outros hábitos ou comportamentos dos seus filhos, pois é vinculada a ela esse cuidado integral da prole, como também a superação dessas condutas.

Analisando esses comportamentos nas obras, relacionamos às mulheres que são constantemente avaliadas socialmente, ainda que vinculadas às práticas nas quais elas estão em posição de vítimas. As mulheres são questionadas acerca da forma como se comportam diante das situações e dos espaços que ocupam, não importando se tenham razão ou não. Nessa regulação do comportamento feminino, se estabelece uma conservação de poder, em que Julieta Kirkwood tratando da manutenção dos exercícios de poder pontua que é preciso “exercê-lo continuamente, é transformá-lo em atos repetidos ou simultâneos de fazer, e de fazer com que outros façam ou pensem” (KIRKWOOD, 1986, p. 187).

Em uma pesquisa publicada pelo G1, portal de notícias da Rede Globo, em 2014, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão vinculado ao governo, mostra que 58,5% dos entrevistados concordam totalmente (35,3%) ou parcialmente (23,2%) com a frase “Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”, ou seja, a forma como a mulher se porta nos espaços sociais que permeia, principalmente os espaços públicos, transcendendo o ambiente doméstico, não dá a ela poder sobre suas práticas, vestimentas ou acesso seguro à esses espaços.

A invisibilidade da identidade feminina também pode ser notada no livro “Quem é ela?” de Eliane Pimenta. Nesta obra, a personagem feminina é o centro de todo o diálogo desenvolvido pelas crianças, mas não tem seu nome indicado em nenhum momento. O menino, filho da personagem mãe do enredo, fala sobre as diversas qualidades da sua mãe como a

atenção, agilidade, cuidado, carinho e paciência, entretanto, não têm outras características que a definem enquanto mulher, além da condição de mãe e de cuidadora. A narrativa é construída a partir dessas qualidades da personagem, apontadas pelo seu filho, “É aquela com nariz de tamanduá. Sente o cheiro de mentirinhas espalhadas pelo ar. Ela tem barriga de urso porque seu colo é macio e nem dá vontade de sair dele.” (PIMENTA, 2012, p. 18 – 19). A personagem só aparece no final da história e nem seu rosto é retratado na ilustração, emudecendo, ainda mais, sua individualidade como mulher e vinculando-a exclusivamente ao papel de mãe. Apesar destes fatos, a obra de “Quem é ela?” é a única que retrata uma mulher que acessa o mercado de trabalho, entretanto se dá de forma sucinta em que o texto não se debruça sobre essa característica, apontada somente no final da história.

Um fato relevante observado na análise feita dessas obras literárias é a relação de poder estabelecida sobre as mulheres, que me mostra de forma explícita a partir da personagem da Tia Nastácia. Em ambas as obras de Monteiro Lobato, a personagem de Tia Nastácia tem sua identidade silenciada em algumas situações quando é apresentada como “a negra” ou “negra de estimação”. Estas situações estão presentes no momento que os personagens estão sendo apresentados no livro “O Sítio do Picapau Amarelo”, e quando as crianças chegam ao sítio de Dona Benta com a onça caçada, no livro “Assembleia na Mata”, respectivamente.

As formas e exercícios de poder e opressão estabelecidos nas relações sociais são inúmeras, neste caso os fatores de gênero e raça foram determinantes e estão explícitos na narrativa do autor quando representa a personagem negra. A interseccionalidade é um conceito que auxilia nesse entendimento, pois busca compreender e combater as diferentes formas de expressão sofridas pelas mulheres, visto que todas elas são oprimidas, mas de maneiras diferentes. A violação colonial ocorrida no Brasil trouxe como herança, especialmente para as mulheres e negras, marcas de discriminação, principalmente a partir do gênero, raça e classe. De acordo com uma pesquisa realizada também pelo IPEA, as mulheres negras constituem o grupo de maior vulnerabilidade social. Esse dado, publicado em 2013, está disponível no “Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil”, deste mesmo ano.

Discutir sobre as relações de poder em relação à mulher é uma questão urgente, pois contribui para fortalecer as relações em uma sociedade que caminha para a igualdade de gênero, estabelecendo empatia para as condições igualitárias quanto ao acesso e a atuação da mulher nos espaços sociais. Quando se trata da mulher negra, esse diálogo é ainda mais inadiável visto

que, na opressão estabelecida sobre a mulher nas relações sociais, quando se trata da mulher negra, essa dominação é ainda mais violenta pois acarreta toda a hostilidade do racismo.

Segundo o Atlas da Violência do ano de 2021, em 2019, mais de 65% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. “Em termos relativos, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1. Isso quer dizer que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras” (CERQUEIRA, 2021, p. 38). Os dados demonstram a relação de dominação sobre as mulheres e seus corpos, que é ainda mais acentuada sobre a mulher negra. Ainda considerando esses dados, o estado do Rio Grande do Norte apresenta o maior risco relativo de vitimização letal de mulheres negras, com índice de 5,2, superando significativamente o índice nacional. Tratar sobre as relações de poder sobre as mulheres e seus corpos é contribuir para o exercício da cidadania e, visto que essas obras e discursos são ainda hoje compartilhados no ambiente escolar, é de extrema relevância indicá-las e ressignificá-las, no que diz respeito a representação feminina nas obras literárias, sobretudo, as que contribuem para a formação das crianças que acessam esses textos.

De um modo geral, é possível verificar um silenciamento na presença das personagens que, apesar de estarem presente nas ilustrações e nas narrativas, não têm suas individualidades e identidades identificadas explicitamente na maioria das obras. Os ruídos da invisibilidade destas personagens são ouvidos a partir dessas análises. Somente a leitura crítica é capaz de dar ouvidos a esses ruídos dos silêncios, pois eles são ensurdecedores. A leitura crítica acentua a importância da resistência das mulheres às condições de subordinação impostas ao longo da história e evidencia a seriedade de discutir sobre essas representações, que não configuram representatividade, visto que a mulher que reivindica cotidianamente seu direito de acesso às variadas esferas sociais, não são retratadas explicitamente nas obras analisadas. Um fato interessante é que a maioria das obras é de autoras mulheres, o que reflete a importância das próprias mulheres enxergarem, em suas produções, a contribuição para a emancipação da mulher frente aos obstáculos estabelecidos principalmente pelo fator do gênero, como determinante para as relações sociais.

REPRESENTATIVIDADE, EMPODERAMENTO E OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS DAS PERSONAGENS FEMININAS

Partindo do critério adotado para seleção das obras, ou seja, livros em que as personagens femininas protagonizam ou estejam presente de modo significativo no enredo de histórias disponíveis e utilizadas nas atividades de leitura na escola, todas as obras trazem diferentes personagens com distintas representações. Neste segundo eixo de análise, tratamos sobre a representatividade, empoderamento e ocupação dos espaços sociais das personagens nas obras selecionadas. Nosso objetivo é extrair os elementos que podem transmitir fortaleza às crianças, a partir da atividade escolar.

As obras de Monteiro Lobato apresentam, de modo especial, várias personagens femininas em seus enredos. Entre elas estão Dona Benta, Narizinho, Emília e Tia Nastácia. Dona Benta, configura uma representatividade importante no que se refere a independência da mulher, pois ela é, explicitamente, apresentada como proprietária do sítio e não tem sua imagem vinculada à uma figura masculina. “O jardim de Dona Benta fica nos fundos da sala de jantar, um verdadeiro amor de jardim [...]”; “Como Dona Benta não admite por ali nenhum menino de estilingue, a passarinhada se sente à vontade e faz seus ninhos como se estivessem na Ilha da Segurança.” (LOBATO, *O Sítio do Picapau Amarelo*, p. 8 e 14); “Os meninos do sítio de Dona Benta mataram-na a tiros e facadas e espetadas, e depois a arrastaram com cipós até lá, ao terreiro.” (LOBATO, *Assembleia na Mata*, p. 11) . Representar uma mulher que tem independência financeira, como é possível notar a partir da apresentação desta personagem ao longo dos enredos, é fundamental para contribuir para a imagem de uma mulher empoderada e proprietária, que não está subordinada aos bens materiais do marido.

Questionando sobre o que é necessário para uma mulher produzir textos literários, em especial a ficção, Virgínia Woolf (1929), aponta para as condições sociais impostas à mulher como obstáculos para essa prática. Em seus escritos, a autora afirma que para a mulher realizar essa atividade precisaria de um lugar sossegado para escrever e independência financeira, ou seja, *Um Teto Todo Seu*, título de sua obra. Tratando da independência financeira da mulher, é de extrema relevância que as obras literárias contribuam para a percepção de uma mulher detentora do seu espaço, proprietária do lugar onde vive, desvinculando-a da figura masculina e dando-a um lugar de fala.

Uma outra contribuição importante para a representação do feminino nas obras de Monteiro Lobato é a personagem Narizinho. No livro “*O Sítio do Picapau Amarelo*”, ela está presente na maior parte do enredo, que também é protagonizado majoritariamente por mulheres, entre elas, Tia Nastácia, Dona Benta e a boneca Emília. A história trata, em sua grande parte,

das experiências de Lúcia, conhecida principalmente pelo apelido de Narizinho Arrebitado, ou apenas Narizinho, no cotidiano do sítio, ilustrando sua relação com as/os personagens da história e sua rotina e reflexões sobre os elementos que compõem aquele ambiente. Entre as personagens das obras analisadas, Narizinho é a que tem maior expressão quanto às suas experiências e é apresentada de forma mais ativa e altiva nas narrativas. Ela aponta o que admira naquele lugar e também o que não gosta ali, como por exemplo a planta cravo-de-defunto, cultivada no jardim de sua avó, Dona Benta, que Narizinho não gosta do odor que aquela planta exala. Há também o pomar, que fica nos fundos da casa, que para ela, é um lugar agradável, apontado pelo autor como “aquela delícia de pomar!” (LOBATO, 1995, p. 10), quando fala das experiências da personagem naquele ambiente.

Apresentar personagens femininas que desejam, que desgostam, que apontam sua percepção sobre as coisas ou situações ocorridas, contribui para a construção de uma mulher que se expressa, que opina, que tem lugar de fala e faz uso deste espaço, visto que “o fortalecimento do poder de ação, de voz e de participação das mulheres.” (ALVES, 2016, p. 630-631) são essenciais para a equidade nas relações de gênero.

Uma outra personagem apresentada nas obras de Lobato é a boneca Emília. Essa personagem é singular nas histórias, em especial no livro “Assembleia na Mata”, pois a boneca constantemente posiciona-se em relação aos diálogos, formando opinião e questionando os personagens, em especial Pedrinho e o Visconde de Sabugosa, quando eles dialogam sobre o mérito da caça à onça. É possível verificar esse lugar de fala de modo incisivo quando o enredo aponta que “Emília reclamou logo todas as horas para si. – Se não fosse a minha espetada com o espeto de assar frango, queria ver” (LOBATO, Assembleia na Mata, p. 3). Ou seja, além de ser a primeira, entre os personagens que traz os méritos da caçada para si, ela aponta a sua contribuição como definitiva na caçada, mesmo que no decorrer da história o fator definitivo para a caça da onça tenha sido creditado à Pedrinho, personagem masculino, “Mas se não fosse a pólvora de Pedrinho, estaríamos perdidos; de maneira que à Pedrinho cabe a melhor parte da vitória.” (LOBATO, Assembleia na Mata, p. 3). Isso demonstra a opção, ao final da narrativa, do autor, ao homem. A história é protagonizada por mulheres que mostram destrezas, força, habilidade, atenção, ação, mas o mérito final, termina sendo do homem.

Na literatura encontramos explicações para este fato a partir do caráter patriarcal no qual a sociedade construiu valores e os reproduz até os dias atuais. Valeska Zanello (2014b), tratando sobre a Saúde mental, mulheres e conjugalidade, aponta que “a coerção sexual é naturalizada e legitimada em nossa cultura, de modo a invisibilizar seu caráter de violência” (ZANELLO,

2014, p. 2). Ou seja, a partir dos valores patriarcais, a fala do homem tem maior validação quando confrontada com uma fala feminina, priorizando a ideia masculina e tomando-a como verdade. Daí a importância do empoderamento da fala da mulher frente ao masculino e isso precisa ser trabalhado na escola, inclusive a partir das histórias infanto-juvenis.

Uma personagem que, apesar de não ter seu nome identificado como parte de sua identidade, posto ser ela associada apenas ao papel materno, no livro “Quem é ela?” é a mãe, identificada apenas no final da história apenas através das ilustrações do livro. Ela está no centro do diálogo desenvolvido pelas crianças, entretanto, não tem identidade definida, exceto pelo seu papel de ser mãe. Entre as obras, ela é a única mulher que está associada à atuação feminina em espaço externo ao ambiente doméstico, relacionando a mulher ao mercado de trabalho. “É a minha mãe, ué! – Diz o menino abraçando a mãe, que vem chegando do trabalho com um sorriso cansaaado” (PIMENTA, “Quem é ela?”, p. 23). Não há argumento para negar a condição de ser mãe, nossa indagação está em relação a identidade de ser apenas mãe, na história, quando podia tratá-la como mulher que tem nome e características que indiquem seu lugar social, no mercado de trabalho.

Desde o século XIX a participação da mulher no mercado de trabalho teve aumento significativo, principalmente devido ao crescimento da indústria e a popularização da educação escolar. A partir das lutas das mulheres pelo direito de ocupar esse e outros espaços, a mulher aparece cada vez mais no mercado de trabalho, apesar de ainda não ter sua participação reconhecida de modo igualitário, quando comparada ao homem. Este fato, resulta na diferença da remuneração da mulher em relação ao homem, que ganha 26% a mais do que a mulher, mesmo em funções semelhantes, dado apontado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2013. De todo modo, é singular a explicitação, mesmo que tímida, desta mulher que acessa o mercado de trabalho, pois contribui para a representação do movimento de independência financeira da mulher e a representatividade da mulher trabalhadora nas obras literárias, colaborando para o retrato de uma mulher que atua no mercado de trabalho, fato que se aproxima da realidade das mulheres atuais.

As demais personagens apresentadas nas obras analisadas não têm em seus papéis uma representação explícita do empoderamento da mulher frente às relações sociais e aos espaços que circulam. Essas personagens são minimamente identificadas, mesmo nas narrativas em que a personagem intitula a história, como “A Princesa Maribel”, ou no livro “Vermelho de Vergonha” que, apesar da personagem mãe do André contribuir em toda a narrativa, o texto não explicita a relação dela com outras atividades, além dos cuidados com o filho.

Portanto, no que se refere ao empoderamento da mulher, em relação a ocupação de espaços sociais, assim como seus lugares de fala, as obras analisadas apresentam personagens que contribuem para a representatividade de mulheres quando transcendem diversas barreiras impostas à sua condição de ser mulher, a exemplo do acesso ao mercado de trabalho, à ocupação do seu lugar de fala, às experiências femininas vividas em situações cotidianas e à independência financeira.

Por outro lado, os enredos das obras não apresentam identidades significativas com características que retratam o movimento das mulheres no que diz respeito às mudanças de seus papéis e, conseqüentemente, das relações de poder estabelecidas sobre elas. “Hoje, na contemporaneidade, a mulher pode optar em ter seu próprio projeto de vida sendo incentivada pelo social em buscar uma carreira profissional” (FIORIN, 2012, p. 20). A autora explicita um espaço social em que a mulher já acessa com mais facilidade, apesar das diferentes realidades onde o fator da classe e raça interferem diretamente. Desse modo, é de extrema relevância que esse retrato da mulher que trabalha, estuda, empreende, lidera e permeia as diversas esferas sociais, esteja presente nas obras literárias acessadas pelas crianças nos espaços educacionais, contribuindo para a ressignificação do papel da mulher na sociedade, pois o “empoderamento das mulheres e a redução das desigualdades de gênero representam um passo essencial do progresso civilizatório” (ALVES, 2016, p. 269).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diferença e a desigualdade são palavras que, apesar da leve semelhança, carregam significados distintos. Diferença se relaciona com características e essência que diferem um ser de outro, seja de modo integral ou em aspectos peculiares. A desigualdade repousa no privilégio, nas circunstâncias históricas que são produzidas de forma distinta, oportunizando vantagens e regalias para uns, enquanto é negada a outros. Na sociedade, mulheres e homens estiveram e ainda estão em posições diferentes em relação ao aspecto biológico, o que é natural. Entretanto, essa diferença não pode ser objeto que gere desigualdade, aspecto construído, visto que a mulher, ao longo da história, foi subalternizada pelo poder masculino e ainda hoje tem que lutar e reivindicar direitos que são fundamentais para a dignidade feminina e para a equidade entre os gêneros.

A desigualdade tem, também historicamente, condicionado a vida das mulheres no público e no privado, desde a intimidade da relação conjugal até as hierarquias políticas que estruturam os modelos de sociedades. Enquanto mulher e futura profissional e pesquisadora da pedagogia/educação essa desarmonia inquieta, tanto em relação a minha construção pessoal e profissional, visto que a formação na qual estou inserida perpassa por questionamentos profundos, quanto histórica, como a inquietação que deu origem ao estudo que ora concluímos.

Para elucidar essas considerações finais, resgatamos a questão que nos inquietou e nos motivou a desenvolver esta pesquisa, buscando compreender, a partir da pesquisa feita, *como a mulher está representada em obras literárias infanto-juvenis disponíveis e utilizadas em uma biblioteca escolar pública do município de Angicos/RN?* Partindo dessa questão, nosso objetivo foi centrado em identificar a representação do feminino nas obras literárias infanto-juvenis com disponibilidade e uso em uma biblioteca escolar pública.

Considerando nossas escolhas metodológicas e um referencial crítico, compreendemos que desde a antiguidade até o período contemporâneo, a mulher foi inferiorizada a partir das relações de poder e dominação do homem sobre ela, o que é afirmado e reafirmado no cenário histórico-social, mesmo que de modos distintos. O silenciamento feminino em espaços sociais, intelectuais e literários impôs obstáculos que marginalizaram a mulher durante grande parte da história, submetendo-a inclusive à condição de coisa comercializada. Entretanto, esses obstáculos também foram e são enfrentados por mulheres inconformadas com a subordinação, culminando em um movimento coletivo que tem questionado esse sistema de poder, de longa data, e busca, através de árduas lutas, a emancipação e empoderamento feminino.

Representar o poder da mulher é inerente à difusão do movimento feminino. Neste estudo, analisamos em obras literárias infanto-juvenis como é representada a mulher nas narrativas e ilustrações destas e observamos o quão as mulheres são invisibilizadas, mas também o quanto é possível enxergar os ruídos e trabalha-los de forma crítica, ainda na invisibilidade das personagens femininas. São os ruídos que geram a representatividade, o empoderamento e a ocupação dos espaços sociais pelas mulheres. No contexto educacional e escolar, do qual a mulher foi privada durante muito tempo, a representação feminina, compreendida enquanto produção cultural e histórica, está carregada de marcas que possuem o poder de influenciar na construção identitária e comportamental das crianças.

Na análise das obras ainda pudemos compreender que esses ruídos da invisibilidade feminina são ensurdecadores, quando acentuam a necessidade de uma leitura reflexiva, visto que ficou explícita a falta de características que alcancem as singularidades e a diversidade das mulheres, as quais representam a força da mulher atual e os espaços de atuação por elas ocupados. Através da análise crítica encontramos o silenciamento das personagens e de suas características enquanto mulheres, pessoas para além de mães, avós, empregadas, etc. Essa leitura aponta para a importância da resistência da mulher à subordinação masculina e abre espaço para discutir sobre a representação, visto que a mulher que reivindica e acessa novos espaços sociais, não está retratada de forma explícita nas obras e suas narrativas.

Em relação ao empoderamento, ocupação de espaço e lugar de fala da mulher nas obras, observamos que algumas personagens ilustradas contribuem para essa representatividade e transcende barreiras impostas, quando rompe com a limitação ao lar, promove a independência financeira da mulher e a faz ocupar seu lugar de fala a partir de suas experiências. Por outro lado, os enredos das obras não apresentaram identidades significativas com características que retratem o movimento das mulheres no que diz respeito às mudanças de seus papéis e, consequentemente, das relações de poder estabelecidas sobre elas.

Buscando compreender a questão de pesquisa nos deparamos com inúmeros desafios nessa construção histórico-social das mulheres e de suas relações interpessoais. É necessário discutir mais sobre a desigualdade entre os gêneros, de forma que possibilite aos sujeitos uma visão diferente sobre o novo, que é inevitável, ou seja, a emancipação e empoderamento feminino. Para alcançar esse objetivo é necessário que as relações mais íntimas se constituam enquanto relações políticas e, principalmente, a partir da ação das mulheres. A expectativa é que esta pesquisa some no sentido de contribuir para a construção identitária de inúmeras

leitoras, assim como transformou significativamente a minha ótica sobre o Ser Mulher, e consequentemente, sobre minha identidade enquanto mulher, profissional e pessoa humana.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, Sara. **VERMELHO DE VERGONHA**. As cores da emoção. Editora Edizioni Gribaudo srl, 2009.
- ALMEIDA, A. R., RODRIGUES, J. B., SILVA, L. L. F. d., & MORGADO, E. M. G. (2020). Os caminhos da educação feminina. **Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade**, 13(1).
- ALMEIDA, Ana Carolina. Pensando o Fim da Idade Média: A Longa Idade Média de Le Goff e a Colonização da América de Baschet. **Revista Tempo de Conquista**, v. 7, p. 1- 15, 2010.
- ALMEIDA, G. da S. T. A experiência da mulher na literatura medieval, moderna e contemporânea. **Revista Fronteira Digital**, [S. l.], n. 7, 2019.
- ALTAVILA, Jayme de. **Origem dos direitos dos povos** / Jayme de Altavila. Imprensa: São Paulo, Melhoramentos, 1958. 224 p.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 24(2): 629-638, maio-agosto/2016.
- ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica** [online]. 2005, v. 17, n. 2 [Acessado 16 Abril 2022], pp. 41-52.
- BAIGENT, Michael; LEIGH, Richard. **A inquisição**. Tradução: Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** / Laurence Bardin; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. 3' reimp, da l' edição de 2016.
- BREYMAIER, Sophia Calil e BOTO, Carlota. A pedagogia como alicerce da teoria política em Rousseau: um traçado do Iluminismo na educação. **Revista Educação em Questão**, v. 58, n. 57, p. 1-24, 2020.
- CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira et al., - São Paulo: FBSP, 2021. Inclui Bibliografia.
- COSTA, A. A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. A química das mulheres. Salvador, março 2004.
- COULANGES, FUSTEL DE. **A cidade Antiga**. Tradução de Sousa Costa, 2.a ed., Livraria Clássica, 1919, Lisboa.
- CUNHA, Maria A. Antunes. **Literatura Infantil: Teoria e Prática**. São Paulo: Ática, 1987.
- Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil** / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.].- Brasília :Ipea, 2013. 160 p. :gráfs., tabs.
- DUBY, Georges e PERROT, Michelle. (orgs.) Escrever a História das Mulheres. In: THÉBAUD, Françoise. **História das Mulheres no Ocidente**. O século XX. Porto, Edições Afrontamento, 1995. (A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA MULHER)

DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos homens. Do amor a outros ensaios.** Tradução de J. Batista Neto. São Paulo: Companhia de Letras, 1989.

El Hajjami, Aïcha. A condição das mulheres no Islã: a questão da igualdade. **Cadernos Pagu**[online]. 2008, n. 30 [Acessado 7 Maio 2022], pp. 107-120. Tradução: Silvana RuffierScarinci.

FIGUEIRÊDO, Franselma Fernandes de. **Aquelas leituras formadoras de culturas (Caicó-RN, século XIX)** / Franselma Fernandes de Figueirêdo. - Natal, RN, 2010. 205 p.

FIORIN, PascaleChechi. **Representações da mulher contemporânea: saúde, maternidade e trabalho.** PascaleChechi Fiorin.-2012. 105 p.

FRABBONI, Franco. A escola infantil entre a cultura da infância e a ciência pedagógica e didática. In: ZABALZA, M. **Qualidade em educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 1998. cap. 4, p. 63-92.

GEVEHR, Daniel Luciano. SOUZA, Vera Lucia de. As mulheres e a Igreja na Idade Média: misoginia, demonização e caça às bruxas. **Revista Acadêmica Licencia&acturas** - Ivoti. v. 2, n. 1. p. 113-121. janeiro/junho 2014.

GOMES, Anderson Soares. Mulheres, sociedade e Iluminismo: o surgimento de uma filosofia profeminista na Inglaterra do século XVIII. Matraga - **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, [S.l.], v. 18, n. 29, dez. 2011.

KIRKWOOD, Julieta. **Ser política en Chile:** las feministas y los partidos políticos. Santiago: Flacso. Março, 1986.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 2010. 192 p.

LAGARDE, Marcela. **Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas.** México: UNAM, 1993. P.154.

LEITE, Lucimara. **Christine dePizan:** uma Resistência na Aprendizagem da Moral de Resignação. São Paulo, 2010.

LOBATO, Monteiro, 1882-1948. **Assembléia na mata:** fragmento do Caçadas de Pedrinho/Monteiro Lobato ; [capa e ilustrações Paulo Von Poser]. -- São Paulo: Brasiliense, 1998. -- (Coleção rocambole: aventura de viver). 2 reimpr. da 5. ed. de 1995.

LOBATO, Monteiro, 1882-1948. **O Sítio do Picapau Amarelo** : fragmentos do Reinações de Narzinho e d'O Saci / Monteiro Lobato: [Ilustrações de Moacir Rodrigues]. São Paulo: Brasiliense, 2005. - (Coleção rocambole : aventura de viver). 12 reimpr. da 12ª ed. de 1995.

LUNZ, L. da S. (2018). Mulher e História: da invisibilidade à sujeito de análise. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, 12(23), 68–83.

MAGALHÃES, T. A. L. de. (1980). O papel da mulher na sociedade. **Revista Da Faculdade de Direito**, Universidade De São Paulo, 75, 123-134.

MAKOWIECKY, Sandra. Representação: a palavra, a idéia, a coisa. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Nº 57 – Dezembro de 2003.

MARTINS, W. de S. Representações femininas na obra do padre Manuel Bernardes (1644-1710). **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 17, n. 2, 2012.

MATOSO, Filipe. Para 58,5%, comportamento feminino influencia estupros, diz pesquisa. **G1**, Brasília, 27 mar. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/03/para-585-comportamento-feminino-influencia-estupros-diz-pesquisa.html>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MICHEL, Fernanda Vilar Vach ; ÁVILA, Raul ; MALESSA, Lucas ; SARAIVA, Ivonir . **A MULHER NO ANTIGO EGITO**. 2017; Tema: HiatóriaAntinga e a Valorização da Mulher. MILANI, Sebastião Elias. **Aspectos historiográficos-linguísticos do século XIX**/Sebastião Elias Milani. Jundiaí, Paco Editorial: 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, K. F.; GRUBBA, L. S. **A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas**. *Direito e Desenvolvimento*, v. 8, n. 2, p. 261-278, 7 dez. 2017.

MOURA, Nayara Aparecida. A Primeira Onda feminista no Brasil: uma análise a partir do jornal “A Família” do século XIX (1888-1894).**Praça: Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, Recife, v. 2, n. 2, 2018, pp. 62-86.

MOURA, Solange Maria S. Rolim de. ARAÚJO, Maria de Fátima. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. **Psicologia Ciência E Profissão**, 2004, 24 (1), 44-55.

NASCIMENTO, Dulcilene. Androcentrismo, a construção da dominação cultural masculina.**Revista Científica Cognitionis**, v. 01, p. 120-130, 2020.

NASCIMENTO, Maria Filomena Dias. **Ser Mulher na Idade Média**. Textos de História, Brasília, v. 5, p. 82-91, 1997.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. Para uma crítica da razão androcêntrica: gênero, homoerotismo e exclusão da ciência jurídica. **Revista Sequência**, n.º 48, p. 41-72, jul. de 2004.

PATACRÚA. **A Princesa Maribel** / Patacrúa, tradução de Leo Cunha; ilustrações de Javier Solchaga. - Curitiba: Positivo, 2012. 32 p.: il. Título original da obra: A Princesa do Caurel.

PEREIRA, M. C. S.; CARMO, L. T. F. A construção de uma história das mulheres: uma abordagem transdisciplinar. In: **EDUCERE XII Congresso Nacional de Educação**, 2015, CURITIBA. p. 23416 - 23425.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 296 p.

PIMENTA, Eliane, 1970. **Quem É Ela?** / Eliane Pimenta. Ilustrações de Ionit Zilberman.-São Paulo: Brinque-Book na mochila, 2012. 24p.

PINTO, Céli Regina Jardim. **FEMINISMO, HISTÓRIA E PODER**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

RIBEIRO, Djamila **O que é: lugar de fala?**/ Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, 2017.

RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira. **Afinal, para que educar o Emílio e a Sofia?:**Rousseau e a formação dos indivíduos / Alexnaldo Teixeira Rodrigues. – 2007.

SANTA, F. D. A criança e o seu mundo: considerações acerca da educação natural nos dois primeiros livros do Emílio de Rousseau. **Educação**,[S. l.], v. 45, n. 1, p. e10/ 1–22, 2020.

SANTOS, A. **O que é transdisciplinaridade**. Rural Semanal, UFRRJ, p. 2 - 2, 22 ago. 2006.

SCOTT, J. (1995). **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, 20 (2), 71-99.

SOUZA, Vitória Diniz de. Mulheres uni-vos!: o movimento feminista e suas primeiras manifestações no Brasil (1832-1934).**Bilros**, Fortaleza, v. 6, n. 13, p. 54-74, set.-dez., 2018. Seção Dossiê Temático: História das mulheres e das relações de gênero.

TEDESCHI, L. A. (2012). **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica**. Dourados, MS: Ed. UFGD.

TEODÓSIO, Gabriela Maria; HOLANDA, Halberys Moraes de. **O feminino na idade média, seu lugar na historiografia e a herança para a contemporaneidade**. 2020.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília - DF: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

WOOLF, Virginia. **Um Teto Todo Seu**. Trad. Bia Nunes de Sousa. Editora Tordesilhas; 1 ed. 2014. 192 p.

ZANELLO, V. Saúde mental, mulheres e conjugalidade. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V. (Org.). **Estudos feministas e de gênero: perspectivas e articulações**. Florianópolis: Mulheres, 2014b. p. 108-118.